

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A ALL - América Latina Logística S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "ALL") foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná.

Tem como principais objetivos sociais:

- participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais;
- adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

Em 22 de outubro de 2010, a Companhia aderiu ao "Novo Mercado" da Bovespa, onde suas ações são negociadas.

A Companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os prazos de concessão são como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Término da concessão</u>	<u>Área de abrangência</u>
ALL Malha Sul	fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
ALL Malha Paulista	dezembro de 2028	Estado de São Paulo
ALL Malha Oeste	junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Norte	maio de 2079	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer	junho de 2025	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX	outubro de 2025	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	agosto de 2027	Porto de Santos-SP

Uma lista com todas as empresas que compõem o grupo ALL está apresentado na nota explicativa nº3.

A Boswells S.A. é uma sociedade de investimentos financeiros estabelecida no Uruguai.

Track Logística: criada em 07 de abril de 2010, cujo objeto social é prestar serviços de operador de logística de carga em geral, gestão e operação em portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, participações em outras sociedades entre outras. Ainda não entrou em operação.

Brado Holding: criada em 09 de julho de 2010, cujo objeto social é a participação no capital de outras sociedades, consórcios ou empreendimentos no país ou no exterior. Em 01 de abril de 2011 passou a deter 80% de participação na Brado Logística e Participação S.A. Em 05 de agosto de 2013, a participação na Brado Logística passou para 62,22% após o aporte do novo investidor FI-FGTS, conforme apresentado na nota explicativa 10.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Brado Logística e Participação S.A.: Adquirida em 2010, passou a ter esta denominação em 24 de novembro de 2010. Em 01 de abril de 2011 passou a deter 100% de participação da Standard Logística e Distribuição S.A. (atualmente denominada Brado Logística S.A.) através da incorporação das ações desta companhia. Tem como objeto social deter as ações de emissão da Brado Logística S.A.

Brado Logística S.A.: anteriormente denominada Standard Logística e Distribuição S.A., foi adquirida em 01 de abril de 2011, e é subsidiária integral da Brado Logística e Participação S.A.. Tem como objeto social a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral, gestora e operadora de terminais, centros de distribuição, portos, entrepostos aduaneiros, e também participação direta ou indireta em outras sociedades.

Ritmo Logística S.A.: sua criação foi efetivada em 01 de julho de 2011, através da unificação das operações rodoviárias da ALL Intermodal S.A., a qual passou a ser controladora da Ritmo Logística S.A. e do negócio rodoviário da Ouro Verde Transportes e Locação S.A. Esta operação se deu através do aporte dos ativos dedicados da ALL Intermodal S.A. e da Ouro Verde Transportes e Locação S.A., assim como a transferência do quadro de colaboradores para a nova companhia, cujo objetivo é estabelecer uma associação estratégica no segmento rodoviário.

Vetria Mineração S.A: conforme descrito na nota 10, a Vetria Mineração S.A. foi constituída em 03 de dezembro de 2012 pela ALL – América Latina Logística S.A, conjuntamente com demais acionistas, tendo como objetivo a criação de um sistema integrado: mina-ferrovia-porto.

Em 05 de março de 2009 a Companhia e suas subsidiárias estabeleceram uma relação com a Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”) para o fomento do transporte de açúcar pela ferrovia do Estado de São Paulo com destino ao Porto de Santos. Essa relação, estabelecida para o desenvolvimento de uma parceria entre as partes, previa uma série de investimentos, entre eles a duplicação do trecho entre Campinas e Santos, a aquisição de vagões e locomotivas, e melhorias nas estruturas de terminais de carga e descarga ferroviária.

Os terminais e o material rodante são de propriedade da Rumo e a via permanente é de propriedade da União, sob concessão da ALL Malha Paulista S.A.. A Rumo é remunerada pelos seus aportes por meio de comissão definida em R\$/tonelada, de acordo com volumes específicos movimentados na ferrovia com destino ao Porto de Santos. A tarifa do transporte ferroviário é determinada em contrato e estabelece competitividade em relação ao transporte rodoviário.

Os investimentos do projeto podem ser divididos em duas naturezas distintas e, portanto, possuem os seguintes tratamentos:

- i. A parte do investimento em material rodante, de propriedade da Rumo, trata-se de um arrendamento mercantil operacional, conforme regras definidas no CPC 06, e os custos relativos a este arrendamento são considerados custos operacionais em condições de mercado;
- ii. A parte do investimento em via permanente, de propriedade da União sob concessão e controle da ALL Malha Paulista S.A., trata-se de um ativo imobilizado da Companhia cujo financiamento segue contabilizado em seu passivo como arrendamento – Incentivo de Aluguel. Este financiamento gera despesas financeiras e seu consequente pagamento reduz o saldo do mesmo.

Desta forma, os pagamentos que remuneram os aportes da Rumo são bifurcados, sendo parte considerado como arrendamento operacional de material rodante e parte como parcela para a remuneração do arrendamento financeiro da via permanente.

b) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste

As Companhias estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatizações e nos contratos de concessões das Malhas Ferroviárias.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de concessão destas controladas serão extintos com a concretização dos seguintes fatos: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer a extinção de alguma das concessões, os principais efeitos serão os seguintes:

- retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos às Companhias, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das Companhias, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estará sujeito às avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não será considerada investimento para fins dessa indenização.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Com a aplicação do CPC 31 – “Ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas”, referente às operações na Argentina, a consolidação dessas operações deixam de ser realizadas no resultado da Companhia, passando a ser apresentada na linha de resultado de operações descontinuadas, visto a tomada das concessões na Argentina conforme descrito na nota explicativa 30. Desta forma, para fins comparativos com o exercício anterior, os saldos de resultado, foram ajustados para que a apresentação das notas explicativas às demonstrações financeiras esteja na mesma base de comparação.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2014.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da América Latina Logística S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.3 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

(i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida.

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

2.4 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação quando da mensuração dos itens.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os demais ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente à medida que os serviços são prestados e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita da Companhia e suas controladas, é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição			Alíquota
			(%)
PIS	-	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS	-	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços	De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

2.7 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.8 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A controlada indireta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão e é revisado por atuário independente anualmente. O plano possui características predominantes de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas e as contribuições são registradas no resultado quando incorridas.

2.9 Benefícios envolvendo pagamento de ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 25.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento na reserva de capital, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia),

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, conforme descrito na nota explicativa 28.

2.10 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial, classificação e mensuração subsequentes

(i) Ativo financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 32.

2.11 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo; ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A porção inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.12 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativa do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Locomotivas	25 anos
• Vagões	30 anos
• Via permanente	Limitado ao prazo da concessão 12 a 65 anos
• Container	30 anos
• Instalações, máquinas e equipamentos	10 anos
• Veículos	4 anos
• Softwares e equipamentos de informática	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.14 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.15 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ágios (direitos de concessão) gerados nas aquisições de controladas detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros (ver nota explicativa 11). Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.17 Estoques

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.18 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.19 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo são de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanças de valor. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas no caixa e equivalentes de caixa possuem as características necessárias para esta classificação. Para maiores informações, vide nota explicativa 4.

2.20 Adiantamentos para futuros aumentos de capital

A Companhia registra os valores referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos de participantes do Plano de Opções de compra de ações descrito na nota explicativa 25, em conta do patrimônio líquido, tendo em vista o controle e a expectativa que a Companhia possui para deliberação da conversão dos adiantamentos em aumento de capital. O AFAC quando registrado no Patrimônio Líquido da Companhia refere-se a um compromisso de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.21 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.22 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa 11.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 25.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal.

A Companhia, em conjunto com suas controladas, apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 2.831.414 (R\$ 2.761.260 em 2012). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra empresa do grupo, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa 10.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

juízo inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O impacto de possíveis variações de indicadores que podem sofrer variações de acordo com a volatilidade do mercado, e que podem impactar diretamente estes instrumentos foram objeto de análise de sensibilidade que está demonstrado em nota explicativa 32.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.23 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

2.24 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. A principal mudança a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2015 é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da ALL – América Latina Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo:

	Participação %	
	31/12/13	31/12/12
Controladas Diretas		
ALL - América Latina Logística Intermodal S.A. (ALL Intermodal)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A. (ALL Malha Oeste)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. (ALL Malha Paulista)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A. (ALL Malha Sul)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Overseas S.A. (ALL Overseas)	-	100,00
ALL - América Latina Logística Participações Ltda. (ALL Participações)	100,00	100,00
Boswells S.A.	100,00	100,00
Track Logística S.A.	100,00	100,00
Brado Holding S.A.	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ALL Serviços)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. (ALL Malha Norte)	99,24	99,24
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	90,96	90,96
Paranagua S.A.	99,83	-
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	-	99,99
ALL - América Latina Logística Rail Management Ltda (ALL Rail Management)	50,01	50,01
Controlada em conjunto		
Vetria Mineração S.A	50,38	50,38
Controladas Indiretas		
Investidas da ALL Intermodal		
ALL - América Latina Logística Armazéns Gerais Ltda (ALL Armazéns Gerais)	100,00	100,00
Ritmo Logística S.A	65,00	65,00
Investida da ALL Armazéns Gerais		
PGT Grains Terminal S.A. (PGT)	100,00	100,00
Investida da ALL Malha Paulista		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
Investidas da ALL Malha Norte		
Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX)	50,00	50,00
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
Investidas da ALL Argentina		
ALL - América Latina Logística Central S.A. (ALL Central)	73,55	73,55
ALL - América Latina Logística Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica)	70,56	70,56
Investidas da ALL Participações		
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	-	0,01
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	9,04	9,04
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ex ALL Tecnologia)	0,01	0,01
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	0,01	0,01
Paranagua S.A.	0,17	-
Investida da Brado Holding		
Brado Logística e Participações S.A.	62,22	80,00
Investida da Brado Logística Participações S.A		
Brado Logística S.A	100,00	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

b) Controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia e suas controladas tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia e suas controladas. Quando a participação da Companhia e suas controladas nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

c) Coligadas

O investimento da Companhia em suas coligadas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas coligadas é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as coligadas, são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as coligadas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das coligadas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessários, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Transações com participações de não-controladores

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações de não-controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia e suas controladoras. Para as compras de participações de não-controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não-controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a Companhia e suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia e suas controladas tivessem alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Caixa e bancos	3.261	1.343	17.540	21.719
Aplicações financeiras				
CDB's pós fixado	(i) 70.263	629.157	1.725.101	1.659.196
CDB's pré fixado	(ii) -	-	143.470	122.748
Títulos do governo	(iii) 15.220	149.791	792.957	586.940
Fundos	(iv) 5.265	100.922	238.568	117.757
	<u>90.748</u>	<u>879.870</u>	<u>2.900.096</u>	<u>2.486.641</u>
	<u>94.009</u>	<u>881.213</u>	<u>2.917.636</u>	<u>2.508.360</u>

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, compostos por:

- (i) Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (taxa média de 101% do CDI);
- (ii) Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxa pré-fixada média de 11,02%;
- (iii) Investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic);
- (iv) Investimentos em Fundos – compostos principalmente por títulos do governo.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes				
No Brasil	69.847	17.961	487.738	384.716
Na Argentina	-	-	12.667	45.553
	<u>69.847</u>	<u>17.961</u>	<u>500.405</u>	<u>430.269</u>
(-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa				
No Brasil	-	-	(35.304)	(28.232)
Na Argentina	-	-	(11.826)	(9.240)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(47.130)</u>	<u>(37.472)</u>
	<u>69.847</u>	<u>17.961</u>	<u>453.275</u>	<u>392.797</u>
Ativo circulante	<u>39.757</u>	<u>17.961</u>	<u>423.185</u>	<u>392.797</u>
Ativo não circulante	<u>30.090</u>	<u>-</u>	<u>30.090</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Períodos	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos					PDD	Total
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias		
31/12/13	210.076	99.757	61.481	22.459	59.502	47.130	(47.130)	453.275
31/12/12	239.398	58.112	37.172	18.885	39.230	37.472	(37.472)	392.797

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, bem como para os créditos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os saldos a receber de partes relacionadas. A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

6. Antecipação de arrendamentos – consolidado

	31/12/13		31/12/12	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Arrendamentos				
ALL Malha Oeste	166	1.877	166	2.043
ALL Malha Paulista	2.025	24.676	2.025	26.701
ALL Malha Sul	2.734	33.269	2.734	36.003
Antecipação de direito de passagem				
ALL Malha Sul	1.261	16.160	1.261	17.421
	<u>6.186</u>	<u>75.982</u>	<u>6.186</u>	<u>82.168</u>

O valor pago à vista está sendo amortizado de acordo com o prazo remanescente do arrendamento.

Antecipação do direito de passagem refere-se ao pagamento efetuado pela ALL Malha Sul à ALL Malha Paulista como contraprestação ao uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Júnior e Pinhalzinho/Apiáí a Iperó (SP), conforme contrato de operação dos referidos trechos por 30 anos, prazo igual de sua amortização contábil.

Os contratos de arrendamento de bens são reconhecidos no resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato, não se caracterizando como arrendamento financeiro.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/13		31/12/12	
	Ativo circulante	Realizável longo prazo	Ativo circulante	Realizável longo prazo
Controladora				
IR e CS a recuperar - antecipações	72.973	-	85.513	1.878
Outros	901	-	3.715	-
	73.874	-	89.228	1.878
Controladas				
ICMS (i)	220.822	131.852	148.426	119.561
Imposto sobre valor agregado-IVA	826	-	10.175	-
IR e CS a recuperar - antecipações	59.861	44.308	52.409	36.989
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	160.822	171.134	133.019	145.288
IPI (ii)	32.015	87.118	-	151.943
Outros	2.681	26.737	27.668	7.034
	477.027	461.149	371.697	460.815
Consolidado				
Impostos e contribuições a recuperar	418.067	416.841	323.003	423.826
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	132.834	44.308	137.922	38.867
	550.901	461.149	460.925	462.693

(i) Créditos de ICMS referente a aquisição de insumos e diesel utilizados na prestação de serviço de transporte.

(ii) Créditos decorrentes de ação ordinária transitada em julgado que estão sendo utilizados para compensação de débitos federais.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal com a efetiva, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro antes dos tributos	197.144	287.608	169.814	290.731
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Impostos à alíquota nominal	(67.029)	(97.787)	(57.737)	(98.849)
Ajustes do imposto por:				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	170.467	135.518	3.821	1.146
Diferença de alíquota em empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	3.990	4.914
Efeito de amortização do ágio	(19.103)	(19.069)	(707)	(929)
Efeito diferenças temporais	(28.270)	-	(2.002)	42.360
Efeito prejuízo fiscal constituído (não constituído)	(55.323)	(17.628)	41.772	5.050
Registro de opções outorgadas de ações	(415)	(658)	(1.357)	(2.566)
Efeito do PAT e outros incentivos fiscais	-	-	3.344	6.977
Efeito do adicional do Imposto de renda	-	-	132	365
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	-	-	59.374	53.722
Outras diferenças permanentes	(327)	(376)	(6.876)	(4.461)
Receita (despesa) de impostos efetiva	-	-	43.754	7.729
Impostos correntes	-	-	(55.073)	(57.897)
Impostos diferidos	-	-	98.827	65.626

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias detidos pela Companhia, bem como a parcela registrada no balanço em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012, podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Prejuízos fiscais e bases negativas	968.343	941.422
Amortização de ágio	39.030	-
Provisão para remuneração variável	16.772	17.796
Provisão para créditos de impostos	6.215	6.045
Provisão ICMS Difícil Realização	5.032	3.496
Provisão para questões fiscais	17.096	18.108
Provisões trabalhistas	34.865	37.166
Provisão para questões cíveis	15.338	13.019
Provisão créditos liquidação duvidosa	16.548	14.179
Provisão lucro não realizado	3.531	3.784
Operações de hedge a liquidar	(578)	8.550
Provisões	42.270	16.241
Ajustes referente RTT (i)	108.050	109.335
Total dos créditos fiscais	1.272.512	1.189.141
(-) Créditos não registrados	611.392	607.648
(=) Créditos líquidos registrados	661.120	581.493

Reconciliação do ativo fiscal diferido

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	581.493	509.617
Ajuste saldo controlada	761	4.254
Saldo aquisição de controlada	(3.713)	2.649
Receita/(despesa) de imposto reconhecida no resultado	98.827	65.626
reflexo IR diferido sobre operações descontinuadas	(16.248)	(653)
Saldo final	661.120	581.493

- (i) Os créditos diferidos sobre os ajustes do Regime Tributário de Transição (RTT), referem-se as operações de arrendamento mercantil, baixa de ativo diferido e ajuste a valor presente.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2014	84.372	56.992
2015	61.780	44.720
2016	74.443	46.661
2017	76.663	51.241
2018	54.613	57.411
Após 2019	309.249	324.468
Total	661.120	581.493

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas controladas brasileiras, são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros, de acordo com os critérios da legislação fiscal. Estes valores estão suportados por estudo de recuperabilidade aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2014.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas controladas ALL Intermodal, ALL Malha Oeste e ALL S.A., os créditos tributários sobre prejuízos não foram reconhecidos tendo em vista o histórico de prejuízos fiscais registrados nos últimos anos.

A Companhia e suas controladas registram créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições da instrução CVM 349/01. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte previsível não superior a dez anos. Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, as quais têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

9. Debêntures privadas

Em 30 de abril de 2012, a controlada ALL Malha Norte S.A., emitiu duas séries de 10.000 debêntures não conversíveis em ações escriturais, da espécie subordinada no valor unitário de R\$ 20 para a 1ª série e R\$ 10 para a 2ª série, totalizando R\$ 300.000.

Em 28 de agosto de 2013 a ALL Malha Norte, fundamentada por previsibilidade contratual, solicitou à debenturista da 1ª Série, a ALL Holding, o pré-pagamento da respectiva série. A ALL Holding concordou com a solicitação, e portanto, a 1ª Série da 7ª Emissão da ALL Malha Norte foi liquidada.

Atualmente, estão registradas como segue:

Malha Norte						Realizável longo prazo	
Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/13	31/12/12
Debêntures Privadas-Holding	30/04/12	200.000	02/05/16	CDI + 1,70%	8,98%	-	212.519
Debêntures Privadas - Malha Oeste (i)	30/04/12	100.000	02/05/16	CDI + 1,70%	8,98%	116.725	106.259

- (i) O saldo das debêntures privadas da ALL Malha Oeste é eliminado no consolidado.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

a) Participações em controladas e coligadas

	Movimentação										Resultado de operação descontinuada	Variação cambial PL	31/12/2013
	31/12/2012	Equivalência patrimonial	Aumento/redução de capital	Incorporação	Baixa	Transação com não controladores	Ajustes reflexos	Ganho/perda de investimento	Dividendos	Variação cambial DRE			
Investimento:													
ALL Malha Sul	565.488	(54.270)	400.000	8.654	-	-	22.344	-	-	-	-	-	942.216
ALL Intermodal	184.687	1.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	185.758
ALL Overseas	4.345	398	(4.704)	-	-	-	-	(39)	-	(339)	-	339	-
ALL Serviços	100	22.305	-	-	-	-	-	-	(22.305)	-	-	-	100
ALL Equipamentos	25.162	61	(24.939)	-	-	-	-	2	-	-	-	-	286
ALL Malha Paulista	466.817	208.087	220.000	-	-	(524)	-	-	-	-	-	-	894.380
ALL Malha Norte	1.502.966	340.186	-	-	-	(334)	-	-	(51.051)	-	-	-	1.791.767
Boswels	12.981	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.999
ALL – Sisa	146.956	-	39.460	-	(16.695)	-	(3.892)	-	-	8.122	(169.436)	(4.515)	-
Araucária Rail Technology	325	-	-	-	(325)	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Fé Vagões	8.654	-	-	(8.654)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rail Management	218	342	-	-	-	-	-	-	(342)	-	-	-	218
Brado Holding	82.493	18.185	-	-	-	221.085	-	-	12.694	-	-	-	334.457
Vetria Mineração S.A	1.997.184	2.236	-	-	-	5.038	(112.127)	(36)	-	-	-	-	1.892.295
Paranaguá S.A.	-	(3.322)	379	-	-	-	8.121	-	-	1.515	-	(5.624)	1.069
	4.998.376	535.297	630.196	-	(17.020)	226.123	(90.641)	4.156	(61.004)	9.298	(169.436)	(9.800)	6.055.545
Passivo a descoberto:													
ALL Participações	(10.689)	(1.432)	-	-	-	-	10	-	-	-	-	1.874	(10.237)
ALL Argentina	429	-	102.513	-	-	-	(102.513)	-	-	-	(14.678)	4.514	(9.735)
ALL Malha Oeste	14.116	(34.156)	-	-	-	-	(543)	-	-	-	-	-	(20.583)
	3.856	(35.588)	102.513	-	-	-	(533)	(102.513)	-	-	(14.678)	6.388	(40.555)
	5.002.232	499.709	732.709	-	(17.020)	226.123	(91.174)	(98.357)	(61.004)	9.298	(184.114)	(3.412)	6.014.990

		Controladora									
		Equivalência patrimonial				Valor dos investimentos		Ágio		Total investimento	
		Controladas / coligadas		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
		Patrimônio líquido	Resultado do período								
Controladas Diretas											
		942.216	(54.270)	(54.270)	(126.732)	942.216	565.488	-	-	942.216	565.488
		185.758	1.071	1.071	21.641	185.758	184.687	-	-	185.758	184.687
	(iv)	39	398	398	357	-	4.345	-	-	-	4.345
		100	22.307	22.305	19.649	100	100	-	-	100	100
		286	61	61	213	286	25.162	-	-	286	25.162
		894.380	208.087	208.087	151.092	894.380	466.817	292.411	311.423	1.186.791	778.240
		-	-	-	-	-	429	-	-	-	429
		1.805.488	342.791	340.186	374.262	1.791.767	1.502.966	1.950.992	1.980.638	3.742.759	3.483.604
		12.998	18	18	717	12.999	12.981	-	-	12.999	12.981
	(iii)	-	-	-	-	-	146.956	-	-	-	146.956
	(i)	-	-	-	433	-	325	-	-	-	325
	(ii)	-	-	-	(1.063)	-	8.654	-	150	-	8.804
		-	-	-	(54.296)	-	14.116	96.576	103.956	96.576	118.072
		436	684	342	1.151	218	218	-	-	218	218
		334.456	18.185	18.185	12.807	334.457	82.493	-	-	334.457	82.493
		1.069	(3.357)	(3.322)	-	1.069	-	-	-	1.069	-
		3.756.044	4.441	2.236	-	1.892.295	1.997.184	-	-	1.892.295	1.997.184
				535.297	400.231	6.055.545	5.012.921	2.339.979	2.396.167	8.395.524	7.409.088

A Controladora registra o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), no subgrupo de Investimentos e no balanço consolidado no subgrupo do Ativo Intangível, conforme destacado na nota explicativa 11.

- (i) A Araucária Rail Technology foi alienada em 12 de março de 2013, não tendo mais a ALL qualquer participação acionária.
- (ii) A Santa Fé Vagões foi incorporada em 12 de abril de 2013 pela ALL Malha Sul.
- (iii) A Serviços Integrales S.A. (Sisa) foi alienada em 18 de dezembro de 2013, não tendo mais a ALL qualquer participação acionária.
- (iv) A Overseas foi encerrada em 31 de dezembro de 2013, não tendo mais a ALL qualquer participação acionária.

Durante o exercício 2012 e de 2013, foram aprovadas as seguintes alterações de capital:

ALL Malha Sul

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2012, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 150.000, mediante a emissão de 117.849.451.920 novas ações ordinárias e 179.295.506.203 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,0005048 por ação com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 696.615 para R\$ 846.615, composto por 599.037.926.297 ações, sendo 237.581.992.773 ações ordinárias e 361.455.933.524 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2012, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 250.000, mediante a emissão de 207.504.802.238 novas ações ordinárias e 315.696.661.721 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,00047783 por ação com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações subsequentes, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 846.615 para R\$ 1.096.615, composto por 1.122.239.390.256 ações, sendo 445.086.795.011 ações ordinárias e 677.152.595.245 ações preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2013, foi aprovada a incorporação da Santa Fé Vagões S.A, nos termos do Artigo 227 da Lei n.º 6.404/76, com a versão da totalidade do patrimônio líquido da Santa Fé. Em decorrência da incorporação, o capital social da ALL Malha Sul será aumentado em R\$ 8.654, mediante a emissão de 8.453.865.470 ações ordinárias e 12.861.664.303 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,000406 por ação. Assim, o capital social passou de R\$ 1.096.615 para R\$ 1.105.269, composto por 1.143.554.920.029 ações, sendo 453.540.660.481 ações ordinárias e 690.014.259.549 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de agosto de 2013, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 54.229, mediante a emissão de 43.673.265.416 novas ações ordinárias e 66.444.265.143 ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,00049246277 por ação. Assim, o capital social passou a ser R\$ 1.159.498, dividido em 1.253.672.450.588 ações, sendo 497.213.925.897 ações ordinárias e 756.458.524.694 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de agosto de 2013, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 55.629, mediante a emissão de 51.115.117.641 novas ações ordinárias e 77.766.258.075 ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,00043162591 por ação. Assim, o capital social passou a ser R\$ 1.215.127, dividido em 1.382.553.826.304 ações, sendo 548.329.043.538 ações ordinárias e 834.224.782.766 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de agosto de 2013, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 150.000, mediante a emissão de 154.938.066.189 novas ações ordinárias e 237.721.919.405 ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,00038396561 por ação. Assim, o capital social passou a ser R\$ 1.365.127, dividido em 1.773.213.811.898 ações, sendo 703.267.109.727 ações ordinárias e 1.069.946.702.171 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de setembro de 2013, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 250.000, mediante a emissão de 249.605.672.249 novas ações ordinárias e 379.749.693.165 ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,000397233249 por ação. Assim, o capital social passou a ser R\$ 1.615.127, dividido em 2.402.568.177.312 ações, sendo 952.872.781.976 ações ordinárias e 1.449.695.395.336 ações preferenciais.

ALL Malha Norte

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de novembro de 2012, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social da controlada, por subscrição privada, no valor de R\$ 194.153, mediante a emissão de 57.783.666 ações preferenciais classe A, ao preço de emissão de R\$ 3,36 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações subsequentes, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 1.171.454 para R\$ 1.365.607, composto por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias, 69.380.885 ações preferenciais classe “A” e 5.129.741 ações preferenciais

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

classe B.

ALL Malha Paulista

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2013, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social da controlada, por subscrição privada, no valor de R\$ 220.000, mediante a emissão de 779.153.583 novas ações ordinárias e 1.440.747.917 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,099103 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 1.488.237 para R\$ 1.708.237, composto por 6.825.424.177 ações, sendo 2.395.625.978 ações ordinárias, 4.429.798.199 ações preferenciais todas escriturais e sem valor nominal.

Aquisição de participação na Vetria Mineração S.A

Em 3 de dezembro de 2012, a Companhia, a Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”) e os acionistas da Vetorial Participações S.A. (“Vetorial”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica, por meio de uma sociedade anônima brasileira denominada Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), para criar um sistema integrado mina-ferrovia-porto.

A Vetria atua na exploração, beneficiamento, transporte, comercialização e exportação de minério de ferro por meio de (i) um porto privado a ser construído em Santos/SP, (ii) uma capacidade de transporte ferroviária garantida nos termos de um contrato de prestação de serviços de transporte celebrado com a ALL, e (iii) uma mina própria localizada no Maciço de Urucum, na região de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

Os parágrafos a seguir descrevem a natureza dos ativos que foram aportados pela Triunfo e Vetorial para a constituição da Vetria:

- Santa Rita, uma subsidiária integral da Triunfo, que detinha o controle total do TPB, mudou sua razão social para Vetria (após o negócio). TPB era uma sociedade de responsabilidade limitada, que tinha um único ativo: terreno com licenças para a construção de um porto na região de Santos / SP.
- Vetorial detinha o controle total da Vetorial Mineração (“Mineradora”), detentora da mina de ferro operacional.

A constituição da Vetria contemplou, substancialmente, os seguintes elementos:

(a) Na data de fechamento da Associação, em 3 de dezembro de 2012, a Triunfo vendeu 80% do capital da Vetria para a ALL a prazo por aproximadamente R\$ 80 milhões.

(b) Na data de fechamento, a Vetorial vendeu 100% das quotas da Mineradora para a Vetria por aproximadamente R\$ 6 bilhões (valor FOB mina determinado por avaliador independente). Neste momento, a Vetria assume a obrigação de pagar os royalties pela exploração do minério no valor de R\$ 6 bilhões, à medida da exaustão da mina.

(c) ALL e Triunfo autorizam a Vetorial a converter cerca de R\$ 3,4 bilhões de royalties a receber em investimento na Vetria, gerando uma diluição da participação da ALL de 80% para 55,38% e da Triunfo de 20% para 10,79%, ficando a Vetorial com 33,83% de participação.

(d) Finalmente, a ALL trocou 5% de sua participação na Vetria para compensar o montante a pagar de aproximadamente R\$ 80 milhões com a Triunfo - descrito na alínea (a) acima. Como resultado, a ALL, Vetorial e Triunfo detêm participações em Vetria de 50,38%, 33,83% e 15,79% em 31 de dezembro de 2012 e de 2013. A participação da ALL no capital da Vetria de 50,38%, foi estabelecida contratualmente através de Contrato de Associação, um dos documentos de constituição da Vetria, tendo em vista a contribuição da ALL nesse empreendimento, que está representada por viabilizar a logística do minério de ferro.

O Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Vetria estabelece a constituição de um bloco de controle em que o poder de deliberar sobre políticas operacionais e financeiras estratégicas são tomadas de forma compartilhada pelos representantes dos acionistas investidores.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com o resultado destes eventos, a ALL registrou a participação obtida como investimento, o que corresponde a 50,38% (R\$ 1.997.183 em 31 de dezembro de 2012) do capital da Vetria, contra uma receita diferida, a qual será apropriada ao resultado à medida que o minério de ferro é exaurido, principal ativo responsável pela variação patrimonial da Vetria. Esta apropriação se iniciará quando da conclusão dos investimentos necessários para o escoamento do volume planejado no projeto, ou seja, mais de 27 milhões de toneladas por ano.

O Contrato de Associação prevê mecanismos de ajuste de participação de cada acionista no Capital Social da Vetria caso ocorram variações significativas nas condições estabelecidas na associação, tais como investimentos e reservas minerárias.

O referido acordo também inclui certas condições que devem ser cumpridas até 19 de dezembro de 2015 para que se confirme a continuidade das operações Vetria. Caso contrário, o contrato é considerado resolvido e os efeitos decorrentes da Associação se reverterem para o status quo (situação existente antes de 03 dezembro de 2012). A ALL, Vetorial, Triunfo e Vetria têm estruturado um plano de negócios concreto para o atendimento destas condições.

As principais condições são:

- Obtenção dos recursos financeiros necessários para os investimentos, incluindo o equity;
- Certificação das reservas minerais;
- Obtenção das licenças ambientais necessárias junto às autoridades governamentais;
- Aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos contratos operacionais entre ALL e Vetria, e;
- Obtenção da autorização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para implantação e operação do porto.

Aumento capital social Brado Participações e Logística S.A

Em 05 de agosto de 2013, a controlada Brado Logística e Participações S.A teve seu patrimônio líquido aumentado em R\$ 400.000 por meio de aporte de capital do novo sócio Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS). O novo sócio passou a deter 22,22222% de participação e a participação dos acionistas anteriores foram diluídos proporcionalmente. Desta forma, a Companhia passa a deter 62,22222% de participação, frente aos 80% detidos anteriormente.

Com a entrada do novo sócio, foram emitidas 2.857.143 novas ações, no valor unitário de R\$ 0,0099933, aumentando o capital social da Brado em R\$ 28.552, tendo o restante do valor aportado, R\$ 371.448, registrado como ágio referente à emissão de ações.

As despesas incorridas para a emissão das novas ações, no valor de R\$ 9.683, foram registradas reduzindo o saldo do ágio descrito acima.

Os acionistas do FI-FGTS, e os antigos acionistas, terão o direito de solicitar a opção de liquidez do contrato, o qual poderá substituir a quantidade de ações da Brado LP por uma quantidade de ações da ALL, levando em consideração um cálculo da relação de troca do valor econômico do valor da ação da Brado vis a vis o valor da ação da ALL quando da data do exercício dessa opção.

Alienação participação Araucária Rail Technology

A alienação da Araucária Rail Technology S.A. ocorreu em 12 de março de 2013, pelo valor patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2012, conforme laudo de avaliação realizado, equivalente à R\$ 325. Pelo contrato de compra e venda assinado entre as partes, a ALL ainda terá direito a um valor variável, equivalente à 37,38% de quaisquer pagamentos em relação a dividendos, juros sobre capital próprio, reembolso, resgates, redução de capital e quaisquer outros valores mobiliários emitidos pela compradora, líquidos de quaisquer impostos e/ou taxas, exceto imposto de renda.

Criação da Paranaguá S.A

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de julho de 2013, A Companhia e sua controlada ALL Participações, constituíram a Paranaguá S.A, com sede na cidade de Buenos Aires na Argentina. A sociedade terá por objeto social a gestão de negócios e serviços relacionados à administração de bens, dívidas, garantias, capitais e companhias em geral.

b) Controladas com patrimônio líquido negativo

Relativamente àquelas controladas que apresentam patrimônio líquido negativo, foi constituída a respectiva provisão, a qual está sendo apresentada no grupo de passivo não circulante no balanço patrimonial, e foi computada da seguinte forma:

	Controladas		Controladora			
	Passivo a descoberto	Resultado do período	Movimentação da provisão para		Provisão para	
			Passivo a descoberto no exercício		Passivo a descoberto	
			31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Controladas diretas						
ALL Participações	(10.238)	(1.432)	(1.432)	(1.649)	10.237	10.689
ALL Argentina (i)	(9.735)	(14.678)	-	-	9.735	-
ALL Malha Oeste	(20.583)	(31.778)	(34.156)	-	20.583	-
			<u>(35.588)</u>	<u>(1.649)</u>	<u>40.555</u>	<u>10.689</u>

(i) Conforme apresentado na nota explicativa 30, a ALL Argentina rescindiu o contrato de concessão do serviço de transporte de suas subsidiárias, descontinuando a suas operações a partir da data de rescisão do contrato.

Investimentos no balanço consolidado

Avaliados pela equivalência patrimonial	Valor contábil dos investimentos	
	31/12/13	31/12/12
Coligadas		
Rhall Terminais	3.251	2.956
TGG	12.876	10.231
Terminal XXXIX	15.836	-
Termag	1.076	-
Controlada em conjunto		
Vetria Mineração S.A.	1.892.295	1.997.183
	<u>1.925.334</u>	<u>2.010.370</u>

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível – consolidado

		31/12/13		31/12/12	% Taxas médias anuais de amortização
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Ágio na aquisição de investimentos	(i)				
ALL Malha Oeste		125.277	(28.701)	96.576	5,10%
ALL Malha Paulista		350.904	(58.493)	292.411	4,76%
ALL Malha Norte		2.055.057	(104.065)	1.950.992	1,44%
Santa Fé		462	(462)	-	10,00%
		<u>2.531.700</u>	<u>(191.721)</u>	<u>2.339.979</u>	
Direito de outorga - Contratos concessões	(ii)				
ALL Malha Oeste		3.118	(1.830)	1.288	3,33%
ALL Malha Paulista		12.252	(8.317)	3.935	3,33%
ALL Malha Sul		10.830	(6.103)	4.727	3,33%
		<u>26.200</u>	<u>(16.250)</u>	<u>9.950</u>	
Outros		113.538	(53.223)	60.315	13,23%
		<u>2.671.438</u>	<u>(261.194)</u>	<u>2.410.244</u>	

No consolidado, o intangível denominado ágio, representado pelos direitos de concessão, registrado no investimento da controladora está classificado no intangível.

- (i) O ágio na aquisição das concessões, representada pelos direitos de concessão, é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões dado que o ativo possui vida útil definida.
- (ii) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL Malha Oeste, ALL Malha Paulista e ALL Malha Sul, amortizado pelo prazo do contrato dado que esse ativo possui vida útil definida.

	Saldo em 31/12/12			Movimentação até 31/12/2013			Saldo em 31/12/13		
	Custo Bruto	Amortização acumulada	Líquido	Adições	Movimentações que não afetam Caixa	Baixas	Amortização	Custo Bruto	Amortização acumulada
Ágio na aquisição de investimentos	2.531.700	(135.534)	2.396.166	-	-	-	(56.187)	2.531.700	(191.721)
Direito de outorga - Contratos concessões	26.200	(15.525)	10.675	-	-	-	(725)	26.200	(16.250)
Outros	105.297	(47.592)	57.705	8.247	-	(6)	(5.631)	113.538	(53.223)
	<u>2.663.197</u>	<u>(198.651)</u>	<u>2.464.546</u>	<u>8.247</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(62.543)</u>	<u>2.671.438</u>	<u>(261.194)</u>

Teste de perda no valor recuperável do ágio/direito de concessão

O ágio pago em combinações de negócios foi alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC) Malha Norte, para fins de teste anual de perda no valor recuperável, como a seguir demonstrado:

UGC Malha Norte

O valor recuperável da UGC Malha Norte (composta pelas concessionárias Malha Norte, Malha Paulista e Malha Oeste) foi determinado em dezembro de 2013, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada a projeções de fluxo de caixa, é de 9,8% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são perpetuados, utilizando uma taxa de crescimento de 2,0%, que a Administração considera adequada em relação ao crescimento projetado para o Brasil. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou necessidade de provisão para perda no valor recuperável para esse grupo de UGC, ao qual está alocado um ágio de R\$ 2.339.982 (R\$ 2.396.016 em 31 de dezembro de 2012).

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para a UGC Malha Norte é mais sensível às seguintes premissas:

Margens operacionais

As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos nos três exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados pela empresa são implementados e se desenvolvem. No longo prazo a margem operacional projetada está em torno de 33% da Receita Líquida.

Taxas de descontos

As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos à unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, e equivale a 9,8% a.a.. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à UGC.

Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas nas expectativas da administração para os próximos anos. A taxa de longo prazo utilizada foi de 8,5% a.a., em média, para extrapolar o orçamento a qual vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela administração.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

Entretanto, a administração acredita que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado – consolidado

	31/12/13		31/12/12		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Benfeitorias em bens de terceiros					
Locomotivas	1.299.380	(319.031)	980.349	817.408	4,00%
Vagões	684.815	(164.528)	520.287	596.550	3,33%
Via permanente	3.673.851	(636.617)	3.037.234	2.026.957	4,42%
Outros	248.037	(141.725)	106.312	140.273	5,34%
	5.906.083	(1.261.901)	4.644.182	3.581.188	
Imobilizado próprio em operação					
Locomotivas	219.190	(64.712)	154.478	268.288	4,00%
Vagões	236.013	(56.406)	179.607	272.278	3,33%
Via permanente	1.235.380	(181.264)	1.054.116	1.078.174	1,48%
Almoxarifado de bens de uso	9.291	-	9.291	5.822	
Terrenos	41.876	-	41.876	36.653	
Edificações	104.918	(36.277)	68.641	61.205	5,20%
Móveis e utensílios	16.683	(13.290)	3.393	3.014	10,00%
Veículos rodoviários	89.350	(28.265)	61.085	60.620	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	108.292	(86.972)	21.320	27.628	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	70.661	(38.571)	32.090	25.670	9,70%
Equipamentos para manutenção de via permanente e transporte ferroviário	100.497	(73.562)	26.935	37.711	9,94%
Aeronave	12.622	(1.572)	11.050	9.154	10,00%
Máquinas e equipamentos	86.298	(41.025)	45.273	39.391	10,00%
Outros	140.879	(34.441)	106.438	135.680	10,00%
	2.471.950	(656.357)	1.815.593	2.061.288	
Arrendamento mercantil					
Locomotivas	672.080	(142.772)	529.308	497.932	9,80%
Vagões	1.198.672	(455.394)	743.278	702.089	10,21%
Obras civis	17.300	(7.586)	9.714	12.956	9,09%
Equipamentos	17.286	(8.159)	9.127	10.858	10,00%
	1.905.338	(613.911)	1.291.427	1.223.835	
Imobilizações em andamento					
Locomotivas	35.818	-	35.818	39.034	
Vagões	55	-	55	62.892	
Via permanente	754.163	-	754.163	903.280	
Outros	29.443	-	29.443	95.020	
	819.479	-	819.479	1.100.226	
	11.102.850	(2.532.169)	8.570.681	7.966.537	

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Síntese da Movimentação do Ativo Imobilizado:

Classes do imobilizado	Saldo em 31/12/12			Movimentação do exercício					Saldo em 31/12/13		
	Custo bruto	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisições	Movimentações que não afetam caixa	Baixas	Transferências	Depreciação líquida	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido
Locomotivas	1.544.085	(458.389)	1.085.696	69.827	(256.041)	(194.333)	355.032	74.646	1.518.570	(383.743)	1.134.827
Vagões	1.183.191	(314.363)	868.828	178.109	(255.451)	(276.782)	91.761	93.429	920.828	(220.934)	699.894
Via permanente	3.759.080	(653.949)	3.105.131	2.096	(2.269)	(2.497)	1.152.821	(163.932)	4.909.231	(817.881)	4.091.350
Arrendamento mercantil	1.686.545	(462.710)	1.223.835	-	218.793	-	-	(151.201)	1.905.338	(613.911)	1.291.427
Imobilizações em andamento	1.100.226	-	1.100.226	1.167.143	336.023	(38.881)	(1.745.032)	-	819.479	-	819.479
Outros	1.053.474	(470.653)	582.821	194.699	(189.898)	(174.289)	145.418	(25.047)	1.029.404	(495.700)	533.704
TOTAL	10.326.601	(2.360.064)	7.966.537	1.611.874	(148.843)	(686.782)	-	(172.105)	11.102.850	(2.532.169)	8.570.681

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizadas, às contas de imobilizações em andamento, R\$ 223.791 (R\$ 110.719 em 31 de dezembro de 2012) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações.

Os principais projetos em andamento da companhia são extensão da ferrovia da ALL Malha Norte S.A., projeto Rondonópolis, capitalizada até setembro de 2013, e a duplicação da via permanente do trecho entre Campinas até Santos, no qual, até o momento foram registradas no exercício R\$ 221.360 (R\$ 139.735 em 31 de dezembro de 2012).

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.291.427 (R\$ 1.223.835 em dezembro de 2012). Conforme detalhado na nota explicativa 16.1, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Controladora					
Em moeda nacional					
Bancos Comerciais	107,5% do CDI	8,66%	Julho de 2015	138.929	206.609
			Trimestrais/mensais até		
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	6,80%	junho de 2017	33.805	43.485
Total controladora				172.734	250.094
Parcela no circulante				83.865	83.334
Parcela no exigível a longo prazo				88.869	166.760
Controladas					
Em moeda nacional					
ALL Malha Sul				1.462.859	1.649.680
	CDI + 1,25%	9,38%	Setembro de 2015	220.843	328.858
	CDI + 1,23%	9,36%	Outubro de 2014	145.000	132.409
			Trimestrais		
BNDES (Investimentos)	TJLP + 1,4%	6,40%	Até julho de 2022	774.835	565.679
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 2,5%	7,50%	Até junho de 2017	150.925	188.471
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,5%	6,50%	Até junho de 2022	-	6.647
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,8%	6,80%	Até junho de 2017	74.267	95.486
BNDES (FINAME)	TJLP + 3,75%	8,75%	Janeiro de 2017	614	814
NCC	105,9% do CDI	8,52%	Julho de 2015	22.413	33.331
	107,0% do CDI	8,62%	Março de 2013	-	203.526
NCE	11,77% Pré BRL	11,77%	Junho de 2013	-	92.489
	108,00% do CDI	8,70%	Junho de 2014	73.962	-
FINIMP	122,30% do CDI	9,91%	Abril de 2013	-	1.970
Ritmo				36.301	15.229
			Mensais até novembro de		
Bancos Comerciais	CDI + 2,30%	10,04%	2017	302	410
			Mensais até março de		
BNDES (FINAME)	2,50% Pré BRL	2,50%	2017	35.999	14.819

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/13	31/12/12
ALL Malha Paulista				482.639	413.610
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4% a.a.	6,40%	Trimestrais/mensais até junho de 2022	417.507	330.880
	TJLP + 2,5%	7,50%	Trimestrais/mensais até outubro de 2017	65.132	82.730
ALL Malha Norte				1.542.237	807.939
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5%	6,50%	Trimestrais/mensais até setembro de 2016	135.269	243.691
	TJLP + 3%	8,00%	Trimestrais/mensais até janeiro de 2016	65.548	97.007
	TJLP + 2,71%	7,71%	Trimestrais/mensais junho de 2029	521.516	386.779
	TJLP +1,4%	6,40%	Trimestrais/mensais junho de 2022	165.306	79.416
BNDES (FINAME)	Pré 2,50%	2,50%	Trimestrais/mensais janeiro de 2023	87.999	-
NCE	URTJLP + 5,95%	10,95%	Julho de 2015	104.726	-
	109% do CDI	8,78%	Setembro de 2018	304.046	-
	112% do CDI	9,04%	Outubro de 2018	150.873	-
FINIMP	3,10% Pré USD	3,10%	Março de 2014	6.954	1.046
ALL Malha Oeste				97.877	78.146
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4%	6,40%	Trimestrais/mensais até junho de 2022	97.877	78.146
Brado				182.829	81.907
Bancos Comerciais (terminal)	Pré 9,60%	18,85%	Até junho 2016	10.441	14.909
BNDES (FINAME)	TJLP + 1,5%	6,42%	Até julho de 2023	113.942	39.301
NCE/NP	CDI + 1,39%	8,50%	Até junho de 2014	6.000	16.020
Finem e BNDES automatico	TJLP + 3,85%	9,85%	Até julho de 2022	52.446	11.677
				3.804.742	3.046.511

Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao Peso Argentino - P\$)

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/13	31/12/12
ALL Argentina				-	191
Bancos Comerciais	16,00%	16,00%	Março de 2013	-	191
Total das controladas				3.804.742	3.046.702
Total consolidado				3.977.476	3.296.796
Parcela no circulante				893.322	860.655
Parcela no exigível a longo prazo				3.084.154	2.436.141

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição por ano de vencimento da parcela exigível a longo prazo:

Holding - Consolidado

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
2.014	-	198.755
2.015	692.780	682.867
2.016	431.027	458.425
2.017	510.232	212.520
A partir de 2018	1.450.115	883.574
Total	3.084.154	2.436.141

Abreviaturas:

BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDI	- Certificado de Depósito Interbancário
FINAME	- Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
TJLP	- Taxa de Juros de Longo Prazo
CCB	- Cédula de Crédito Bancário
NCE	- Nota de Crédito Exportação
NCC	- Nota de Crédito Comercial
CG	- Capital de Giro
IGP-M	- Índice Geral de Preços-Mercado
FINIMP	- Financiamento de Importação
IPCA	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, foram concedidos avais da ALL Holding e suas concessionárias, nos mesmos montantes e condições do total financiado, salvo para financiamentos de locomotivas, vagões e caminhões, nos quais os mesmos são dados em garantia.

Para cálculo das taxas efetivas foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 8,03%, a TJLP do ano de 5% e o IPCA de 5,91%.

Os contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo entre 1,0% e 2,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução.

Quando a Companhia toma financiamentos em moeda estrangeira, há contratação de "swap" para a proteção cambial do real frente ao dólar.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados e estão sendo atendidos.

A *covenant* Dívida Líquida sobre o EBITDA ajustado (em português o LAJIDA) é calculada com base no endividamento oneroso líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA ajustado consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado consolidado	3,00	2,50	2,50	2,50	2,50

A *covenant* EBITDA ajustado sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA ajustado consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge*. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
EBITDA ajustado consolidado/Resultado financeiro	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

Cláusulas restritivas e penalidades dos contratos de empréstimos:

Os contratos de empréstimos estão diretamente vinculados aos limites financeiros determinados, pois afetam a dívida líquida e o resultado financeiro, que são itens pertencentes às *covenants*.

Conforme podemos observar na tabela abaixo as cláusulas restritivas vem sendo atendidas pela Companhia.

	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13
Dívida líquida / EBITDA ajustado	2,34	2,30	2,43	2,24	2,17
EBITDA ajustado consolidado/Resultado financeiro	3,07	3,22	3,37	3,43	3,58

O EBITDA ajustado se apresenta devidamente demonstrado no relatório de administração e reconciliado no documento “Conciliação LAJIDA consolidado” localizado na sessão “Dados econômicos Financeiros” da ALL no site da CVM (www.cvm.gov.br), conforme determinação da Instrução CVM no. 527 de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação do EBITDA.

14. Debêntures - consolidado

As emissões de debêntures da controladora e suas controladas apresentam os seguintes saldos:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/13		31/12/12	
						Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora									
5ª emissão	01/09/05	200.000	01/09/14	CDI + 2,40%	10,15%	11.685	-	22.761	21.536
6ª emissão	01/07/06	700.000	01/07/14	CDI + 2,40%	10,15%	60.238	-	72.159	66.409
8ª emissão - 1ª	15/04/11	539.160	15/04/16	CDI + 1,65%	9,34%	18.084	305.186	17.108	295.339
8ª emissão - 2ª	15/04/11	270.840	16/04/18	IPCA + 8,4%	15,00%	11.492	537.254	8.693	537.392
9ª emissão - 1ª	22/08/11	145.769	15/07/16	CDI + 1,65%	9,34%	6.272	142.111	5.029	141.629
9ª emissão - 2ª	22/08/11	219.150	15/07/16	CDI + 1,65%	9,34%	9.494	214.198	7.601	213.029
10ª emissão	01/10/12	750.000	02/10/17	CDI + 1,30%	8,97%	18.310	747.048	1.755	745.992
						135.575	1.945.797	135.106	2.021.326
Controladas Diretas									
ALL Malha Sul									
3ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% CDI	8,20%	6.175	164.649	4.748	164.086
						6.175	164.649	4.748	164.086
ALL Malha Norte									
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	6,50%	66.295	62.245	68.780	124.491
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	8,20%	3.288	163.593	4.748	164.086
8ª emissão	18/10/12	160.000	19/10/20	10,10% Pré BRL	10,10%	3.036	159.721	2.973	159.673
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% CDI		20.610	61.831	20.674	66.808
						93.229	447.390	97.175	515.058
ALL Malha Paulista									
1ª emissão	10/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	8,20%	6.175	164.649	4.748	164.086
						6.175	164.649	4.748	164.086
Consolidado						241.154	2.722.485	241.777	2.864.556

Composição por ano de vencimento das parcelas exigíveis a longo prazo:

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
2014	-	162.231
2015	520.888	521.215
2016	765.967	645.196
2017	961.480	1.062.185
A partir de 2018	474.150	473.729
Total	2.722.485	2.864.556

Cláusulas de repactuação, restritivas e garantias:

Não há repactuação programada para nenhuma das emissões.

As emissões têm entre suas cláusulas restritivas o cumprimento dos limites financeiros detalhados na nota explicativa 13 “Empréstimos e financiamentos” e que estão vinculados aos resultados consolidados da Companhia. O não cumprimento destes limites pode causar, automaticamente, vencimento antecipado.

Algumas emissões da Companhia e suas subsidiárias contam com garantia fidejussória, as quais podem ser observadas na nota explicativa 19 “Transações com partes Relacionadas”.

Em 31 de maio de 2013, a Companhia, por meio de Aviso aos Debenturistas, promoveu ofertas de aquisição facultativa das debêntures das 5ª e da 6ª emissões, cujo prazo de adesão era até o dia 30 de agosto. Foram recompradas 6.883 debêntures das 5ª e 6ª emissões das debêntures que permaneceram em mercado, foi obtido todos os “waivers” dos respectivos debenturistas, a dívida segue até o vencimento sem alteração.

Além destas emissões, foram obtidos os “waivers” das debêntures do FI – FGTS, 8ª e 9ª emissão.

15. Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos da controladora e suas controladas apresentam os seguintes saldos:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Controladora				
Em moeda nacional				
Operações de "swap"	100% CDI	Março de 2018	10.545	17.320
	8,96% pré	Janeiro de 2014	4.497	(9.752)
Total controladora			15.042	7.568
Parcela no ativo (passivo) circulante			6.162	(10.571)
Parcela no realizável a longo prazo			8.880	18.139
Controladas				
Em moeda nacional				
ALL Malha Sul			3.174	-
Termo de Moeda		Fevereiro de 2014	3.174	-
ALL Malha Norte			1.146	-
Termo de Moeda		Fevereiro de 2014	1.146	-
Swaps			(50.555)	(56.593)
ALL Malha Sul			(23.457)	(56.047)
Operações de swap			(23.457)	(56.047)
ALL Malha Paulista			-	(1.561)
Operações de swap			-	(1.561)
ALL Malha Oeste			-	(5.109)
Operações de swap			-	(5.109)
ALL Malha Norte			(27.098)	6.124
Operações de swap			(27.098)	6.124
Total consolidado			(31.193)	(49.025)
Parcela no passivo circulante			(9.630)	(24.474)
Parcela no exigível a longo prazo			(21.563)	(24.551)

16. Arrendamento mercantil – consolidado**16.1 Arrendamento mercantil financeiro**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

A Companhia e suas controladas incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos relacionados aos respectivos contratos.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis são:

Bens	31/12/13		31/12/12	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
ALL Malha Sul				
Vagões	66.166	138.387	67.358	179.991
ALL Malha Norte				
Materiais rodantes	62.388	660.971	71.472	540.402
ALL Malha Paulista				
Materiais rodantes/ Via permanente - Inc. Aluguel	236.026	509.178	46.238	602.483
Brado Logística				
Vagões/Equip. Informática	886	4.544	1.023	8.551
	<u>365.466</u>	<u>1.313.080</u>	<u>186.091</u>	<u>1.331.427</u>

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Bens	Total dos futuros pagamentos		
	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5
ALL Malha Sul			
Vagões	86.286	185.038	444
ALL Malha Norte			
Materiais rodantes	76.731	335.936	58.043
ALL Malha Paulista			
Materiais rodantes	154.071	456.937	-
Brado Logística			
Vagões/Equip. Informática	886	4.544	-
	<u>317.974</u>	<u>982.455</u>	<u>58.487</u>

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último com vencimento em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por IGPM acrescido da variação da TJLP ou por CDI. Para trazer os pagamentos à valor presente foi considerada uma taxa CDI média de 8,03%.

16.2 Incentivo de aluguel

Trata-se de financiamento da duplicação da via permanente, pela concessionária ALL Malha Paulista, cuja capitalização é realizada pela taxa interna de retorno do saldo em aberto no passivo, até o vencimento do contrato de concessão em dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em aberto era de R\$ 221.360 (R\$ 31.572 em 31 de dezembro de 2012).

Os encargos incorridos da operação, enquanto obra em andamento, são capitalizados ao ativo imobilizado.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Arrendamento mercantil operacional

Bens		Total dos pagamentos mínimos futuros		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Veículos	(i)	776	-	-
Software	(ii)	102	-	-
Imóveis	(iii)	210	-	-
Locomotivas	(iv)	52.910	203.855	35.366
Vagões	(iv)	43.259	190.599	42.320
Terminais	(v)	19.540	97.701	151.437
		<u>116.797</u>	<u>492.155</u>	<u>229.123</u>

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguéis de veículos, sistemas aplicativos (*softwares*) e imóveis. A Companhia e suas controladas não têm nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

(i) Contratos de aluguéis de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2012) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de Abril/2013.

(ii) Contratos de uso dos sistemas aplicativos têm vigência por período indeterminado, podendo ser renovado anualmente com correção anual.

(iii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.

(iv) Contratos de locomotivas e vagões utilizados nas Concessionárias, cujos contratos possuem vigência até 2028. Os valores são reajustados, em sua maioria, pelo IPCA.

(v) Contratos de terminais utilizados nas Concessionárias, cujos contratos possuem vigência até 2027. Os valores são reajustados, em sua maioria, pelo IPCA.

17. Arrendamentos e concessões - consolidado

A Companhia e suas controladas registram suas obrigações relacionadas aos contratos de arrendamento e concessão, linearmente de acordo com os prazos dos mesmos. Os valores no passivo não circulante referem-se a valores não pagos em decorrência de discussões quanto às condições dos contratos e/ou parcelas apropriadas durante o período de carência dos mesmos.

O saldo a pagar de concessões equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/13		31/12/12	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Arrendamento				
ALL Malha Sul	14.197	29.510	13.558	32.326
ALL Argentina	-	-	25.401	-
ALL Malha Paulista	-	867.159	-	766.778
ALL Malha Oeste	-	660.994	-	583.997
Concessão				
ALL Malha Sul	3.681	21.029	3.500	20.744
ALL Malha Paulista	-	23.831	-	21.910
ALL Malha Oeste	-	44.860	-	40.548
	<u>17.878</u>	<u>1.647.383</u>	<u>42.459</u>	<u>1.466.303</u>

As condições iniciais dos contratos de arrendamento e concessão são:

	Contratos de arrendamento e concessão						
	Prazo em anos	Valor do contrato	Valor pago á vista	Saldo	Parcelas trimestrais	Início do pagamento	Índice de atualização
Arrendamentos							
ALL Malha Oeste	30	56.440	4.969	51.471	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	230.160	52.793	177.367	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	202.112	82.032	120.080	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.
Concessões							
ALL Malha Oeste	30	3.118	409	2.709	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	12.252	2.917	9.335	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	10.830	4.510	6.320	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.

ALL Malha Sul - As parcelas de arrendamento da controlada ALL Malha Sul são apropriadas linearmente no passivo e resultado, pelo prazo do respectivo contrato, acrescidas de variação do IGP-DI e juros às taxas pactuadas. As parcelas referentes ao período de carência (1997 a 1999) estão sendo pagas de forma corrigida durante o período restante de concessão.

ALL Malha Paulista - Em 29 de agosto de 2005, foi realizada cisão parcial entre ALL Malha Paulista e Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), sendo que a mesma passou a se responsabilizar por 35,6% dos valores totais de concessão e arrendamento.

Em 2005, a controlada ALL Malha Paulista suspendeu o pagamento dos valores relativos ao contrato de arrendamento a RFFSA - em liquidação, amparada judicialmente por decisão liminar para efetuar depósitos judiciais em nome da União. Mediante autorização judicial obtida em 2007, estes depósitos judiciais foram levantados e a Companhia tem contratado fianças bancárias para garantir o pagamento das parcelas. Para mais detalhes, vide nota explicativa 18.

Considerando que a ALL Malha Norte depende das linhas da ALL Malha Paulista para a continuidade de suas operações de transporte, iniciadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e finalizadas em Santos (SP), a ALL Malha Norte celebrou com a ALL Malha Paulista, em 10 de janeiro de 2006, um Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia, pelo qual efetuou o depósito judicial em favor da ALL Malha Paulista, no montante de R\$ 113.740 em 31 de dezembro de 2013 e 113.529 em 31 de dezembro de 2012.

Para cumprir o acordo de investimentos com os acionistas, assinado em 5 de maio de 2005, foi prevista a desincorporação das operações do trecho Bauru-Mairinque da ALL Malha Paulista, passando essa operação a ser efetuada pela ALL Malha Oeste a partir de 1º de outubro de 2005, em razão do Memorando de Entendimentos datado de 23 de setembro de 2005.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A ANTT aprovou a desincorporação das operações por meio da Resolução nº 1.010, publicada no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2005.

ALL Malha Norte - Em 19 de maio de 1989, a controlada direta ALL Malha Norte firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual.

O Contrato não prevê obrigações de pagamento por conta da Concessão, no entanto estabelece certas responsabilidades por parte da Companhia, tais como: a) não efetuar subconcessão, b) submeter-se à fiscalização permanente da União, c) cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes e d) cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

A extinção da concessão e a conseqüente rescisão do Contrato de Concessão, poderá ocorrer em função dos seguintes fatores: a) convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; b) término do prazo contratual; c) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à Concessão, mediante a devida indenização; d) anulação por ilegalidade da Concessão ou do contrato; e) infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços e; f) por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da controlada serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

ALL Malha Oeste – Conforme descrito na nota explicativa 18, por força de discussão judicial, essa controlada direta suspendeu o pagamento da concessão e arrendamento e as parcelas trimestrais são garantidas através de fiança bancária no seu vencimento.

18. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão para contingências

	Depósitos judiciais		Prováveis		Possíveis	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ações trabalhistas						
No Brasil	190.204	190.994	103.052	111.339	353.807	409.126
Ações cíveis, regulatórias e ambientais						
No Brasil	129.173	128.341	45.230	38.636	596.426	280.278
Na Argentina	-	-	8.807	9.459	-	-
Ações tributárias						
No Brasil	10.789	9.149	53.582	58.680	1.748.983	1.923.543
	<u>330.166</u>	<u>328.484</u>	<u>210.671</u>	<u>218.114</u>	<u>2.699.216</u>	<u>2.612.947</u>

	31/12/12	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/13
Ações trabalhistas	111.339	59.091	(64.383)	(2.995)	103.052
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	48.095	19.515	(13.573)	-	54.037
Ações tributárias	58.680	6.273	(716)	(10.655)	53.582
Total	<u>218.114</u>	<u>84.879</u>	<u>(78.672)</u>	<u>(13.650)</u>	<u>210.671</u>

As controladas estão envolvidas em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Ações trabalhistas

As controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2013 registram uma provisão de R\$ 103.052 (R\$ 111.339 em 31 de dezembro de 2012), no consolidado, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. A redução do valor provisionado em relação ao período anterior deve-se, basicamente aos acordos firmados pela Companhia.

Das ações em andamento os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais, diferenças de multas de 40% de FGTS decorrentes de expurgos fundiários, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, diferenças de remuneração variável e outros.

Ações cíveis, regulatórias e ambientais

Cíveis

As controladas são partes em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes.

Em 10 de outubro de 2013, a Companhia, em conjunto com as suas controladas adotaram as medidas cabíveis em face de Rumo Logística Operadora Multimodal S.A (“Rumo”) com o objetivo de extinguir obrigacional estabelecida, descrita na nota explicativa 1. Até o advento da decisão a ser proferida por autoridade competente, o Grupo ALL continuará prestando o serviço ferroviário em favor da Rumo, nos termos que forem legitimamente fixados pela ANTT, observadas as restrições existentes no sistema ferroviário e portuário.

Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequadas, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá ver a ser exigido para liquidas as ações.

Regulatórias

Dentre as ações relevantes, atualmente, tanto a ALL Malha Paulista como a ALL Malha Oeste, questionam na justiça o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em julho de 2000, a ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Declaratória na 20ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da RFFSA.

A ALL Malha Paulista requereu uma perícia para apuração de novo valor para as parcelas de arrendamento e concessão, bem como suspensão do pagamento das parcelas vencidas e vincendas até a efetiva perícia, para constatar o valor adequado. Em julho de 2005, a liminar foi deferida. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. O processo ainda não apresenta sentença e aguarda a conclusão da fase pericial e apresentação do respectivo laudo pericial final. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até setembro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como possíveis.

A ALL Malha Oeste pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização. O processo tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da ALL Malha Oeste estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), que vinham sendo registradas na rubrica de investimentos de longo prazo. Em março de 2008 a Companhia obteve autorização

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou esse investimento. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como possíveis.

Os passivos relacionados a contratos de concessão estão registrados na conta de arrendamento e concessão, como divulgado na nota explicativa 17.

Ambientais

Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como as medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente. A provisão para a área ambiental está contabilizada juntamente com a provisão cível das concessionárias.

c) Ações tributárias

As principais discussões envolvendo a área tributária são as relativas ao ICMS Exportação (incidência de ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação), diferencial de alíquota do ICMS sobre transporte interestadual, PIS/COFINS sobre operações de tráfego mútuo, IRPJ/CSLL sobre operações financeiras realizadas na Áustria e Espanha, diferenças de IRPJ/CSLL oriundas da aquisição da Brasil Ferrovias e deferimento parcial do pedido de parcelamento nos moldes da MP 470/2009.

Para ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas como perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 42.653 (R\$ 58.680 em 30 de dezembro de 2012).

ICMS Exportação - As Secretarias Estaduais de Fazenda lavraram autos de infração contra a ALL Malha Sul, cujos valores atuais montam em aproximadamente R\$ 80.513, em virtude do não recolhimento do ICMS referente à prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação e aproveitamento de créditos de ICMS supostamente não autorizados pela legislação. Os processos encerraram na fase administrativa de forma parcialmente favorável quando se iniciou a discussão judicial através de Execução Fiscal. A ALL apresentou Embargos à Execução Fiscal, precedida de oferta de carta fiança para garantia do juízo, que aguardam julgamento no judiciário. A ação é considerada como possível de perda.

O mesmo tema acima foi objeto de autuação na ALL Malha Oeste, no valor atual de aproximadamente R\$ 31.865. Todos os autos de infração se encontram em discussão judicial com garantia de juízo através de carta fiança. Cabe ressaltar que já é posicionamento consolidado nos tribunais superiores (STJ) a não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, tendo em vista a previsão existente no art. 155 da Constituição Federal e no artigo 3º, inciso II da Lei 87/1996. A ação é considerada pelo jurídico da Companhia como possível de perda.

Em junho de 2011, o Estado do Mato Grosso lavrou auto de infração em face da ALL Malha Norte, no valor original de R\$ 120.687, referente a operações de transporte de mercadorias destinadas à exportação, no período de 2006. A ALL Malha Norte apresentou impugnação ao lançamento por entender que as operações estão amparadas pela não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, prevista no art. 155 da Constituição Federal. Em agosto de 2011, a ALL Malha Norte recebeu a decisão de 1ª Instância Administrativa, a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 70.940. Em sede de Recurso Administrativo a ALL Malha Norte obteve decisão parcialmente favorável que reduziu o débito para R\$ 30.421. Com o fim do processo administrativo, a empresa ingressou com medida judicial para seguir com a discussão do montante controverso. A ação é considerada como possível de perda.

ICMS – sobre crédito de ativo imobilizado - Em abril de 2005, a ALL Malha Sul obteve decisão favorável no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao auto de infração da Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul que autuou a Companhia em decorrência do aproveitamento de crédito de ICMS sobre aquisição

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de bens e equipamentos destinados à recuperação e reforma do ativo imobilizado. Desta decisão, o Estado do Rio Grande do Sul interpôs Recurso Extraordinário perante o STF o qual se manifestou favorável com relação aos créditos, e apenas determinou a volta do processo para que o Tribunal Justiça do Rio Grande do Sul se manifeste com relação ao diferencial de alíquota. Com relação a esta determinação do STF de retorno dos autos ao TJ/RS a ALL interpôs Agravo Regimental o qual aguarda julgamento. O valor da autuação em discussão é de aproximadamente R\$ 21.924, sendo que a ALL já recolheu aos cofres públicos do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 11.192 e suspendeu o pagamento do saldo remanescente de R\$ 8.825 em decorrência da referida decisão favorável do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, já confirmada pelos Tribunais Superiores. Ademais, a Lei Complementar nº 87/96, autorizou o aproveitamento integral do direito ao crédito na aquisição de bens destinados ao ativo permanente. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

PIS/COFINS – Tráfego Mútuo – A ALL Malha Paulista foi autuada por não recolhimento de PIS e COFINS em relação às receitas de tráfego mútuo e direito de passagem e ainda permanece discutindo o valor atualizado de R\$ 82.072, no período de 1999 a 2006 (PIS e COFINS cumulativos). A empresa entende que a chance de perda é remota, uma vez que os valores em discussão já foram recolhidos, previamente, pelas concessionárias responsáveis pelo transporte na origem. As decisões proferidas até a presente data já reduziram as autuações em aproximadamente R\$ 43.000.

IRPJ/CSL, PIS e COFINS - A ALL Malha Sul foi autuada em R\$ 620.383 (R\$ 787.629 em valores atuais) pela exclusão da base de cálculo dos tributos das despesas realizadas com juros sobre aplicações financeiras realizadas na Áustria e na Espanha, bem como em relação às despesas financeiras de empréstimos, as quais foram considerados indedutíveis. As autoridades fiscais também emitiram autos de infração de Pis e Cofins sobre operações de swap contratadas para garantir empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia entende que a probabilidade de perda é possível, uma vez que as aplicações financeiras foram realizadas com Países com os quais o Brasil possui Tratados prevendo a não tributação dessas operações, bem como a incidência de Pis e Cofins sobre operações de hedge foi afastada pelo Decreto nº 5442/2005. Em março de 2011, a ALL Malha Sul tomou ciência da decisão de 1ª Instância Administrativa (Delegacia da Receita Federal), a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 466.701 (valor atual). A ALL Malha Sul apresentou recurso voluntário, ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (CARF). Em 07/2013 o CARF anulou a decisão de primeira instância e determinou novo julgamento. Em 09/2013 a DRJ proferiu nova decisão, reduzindo o valor da autuação para R\$ 359.663 (valor atual).

IPTU - A ALL Malha Sul e a ALL Malha Paulista possuem valor atual de aproximadamente R\$ 6.819 referente à incidência de IPTU nos imóveis de propriedade da União, que, em razão da concessão outorgada se encontram em poder desta para a consecução dos serviços públicos de transporte ferroviário. Entretanto, há previsão na Constituição Federal que não há incidência de tributos sobre bens de propriedade da União Federal e a Companhia já possui diversas decisões favoráveis. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

ISS – A Portofer possui quatorze autos de infração, no valor atual de aproximadamente R\$ 7.263, que foram lavrados pelo Município de Santos que desconsiderou a figura jurídica da Portofer (sociedade de propósito específico que tem como finalidade o rateio de despesas entre as concessionárias) e autuou a empresa como prestadora de serviço municipal. A empresa considera a chance de perda remota por se tratar de tese já decidida de modo favorável pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em casos análogos referente ao Município de Guarujá, para determinar a anulação de autos de infração, uma vez que a Portofer não possui fins lucrativos, mas tão somente efetua o rateio de despesas.

IRPJ/CSLL – A ALL Intermodal foi autuada, em novembro de 2010, pela Receita Federal no montante original de R\$ 66.809 referente à IRPJ e CSLL. Estes valores foram obtidos a partir da glosa de despesas decorrentes de pagamento de parcelas variáveis do contrato de arrendamento de imóveis, equipamentos, máquinas e veículos que a ALL Intermodal firmou. Estas despesas foram consideradas indedutíveis e foram glosadas pela Receita. A empresa considerou o risco possível desta autuação, visto que o contrato de arrendamento de bens era necessário, usual e normal às atividades da ALL Intermodal. A ALL Intermodal apresentou recurso voluntário, ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (CARF). Em 07/2013 o CARF anulou a decisão de primeira instância e

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinou novo julgamento. Em 09/2013 a DRJ proferiu nova decisão, reduzindo o valor da autuação para R\$ 39.496 (valor atual).

Contribuições Previdenciárias – A ALL Malha Paulista foi autuada, em junho de 2011, no valor original de R\$ 38.646, referente ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas de natureza indenizatória. A empresa apresentou impugnação administrativa, sob alegação de que há previsão legal que ampara o não recolhimento das referidas verbas, dada a sua natureza e eventualidade do pagamento. Em julgamento de primeira instância a Delegacia de Recursos Fiscais de São Paulo (DRF) manteve integralmente o auto de infração. A empresa ingressou com Recurso Voluntário contra esta decisão sendo que em novembro de 2012 obteve decisão parcialmente favorável que reduziu o valor do débito para aproximadamente R\$ 700. A empresa impetrou Recurso Especial perante a Câmara Superior de Julgamento para discussão do montante controverso. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

IRPJ/CSLL – ALL S.A.–Auto de Infração lavrado pela Receita Federal no valor original de R\$ 327.186, referente as seguintes supostas infrações: glosa de Ágio gerado em operações baseado em rentabilidade futura, glosa de despesas financeiras e ganho de capital na alienação de participação acionária em empresas do mesmo Grupo Econômico devido ao reconhecimento parcial do valor do ágio. A ALL S.A apresentou defesa em setembro de 2011. Em julgamento em primeira instância a Delegacia de Recursos Fiscais de Curitiba (DRF), julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela empresa, reduzindo o valor do auto para R\$ 272.271. A empresa ingressou com Recurso Voluntário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) para converter parcialmente a referida decisão que manteve parte do crédito. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

Contribuições Previdenciárias – Stock Options – Auto de infração lavrado pela Receita Federal no valor atual de R\$ 29.252 referente a suposto débito de contribuições previdenciárias incidentes sobre os Planos de Opção de Compra de Ações da empresa, considerados pela Receita Federal como de natureza remuneratória. A empresa apresentou defesa argumentando que os Planos de Opção possuem natureza puramente mercantil. A Delegacia de Recursos Fiscais de Curitiba (DRF) pronunciou decisão no sentido de manter integralmente o crédito tributário. A empresa impetrou Recurso Voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que, em 05/2013, proferiu decisão parcialmente favorável. A empresa aguarda publicação do Acórdão pelo CARF para levantar o valor reduzido da autuação. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

IRRF – A ALL Malha Paulista realizou pedido de compensação referente a crédito de Saldo Negativo de IRPJ do exercício de 2009, período de apuração 01/01/2008 a 31/12/2008. A Receita Federal do Brasil ao julgar as compensações realizadas houve por bem homologar parcialmente o pleito, e glosou parte do crédito tributário por entender que a “receita correspondente não foi oferecida à tributação”, o débito oriundo da glosa possui valor atual de R\$ 52.084. Entendeu a RFB que a Empresa não tem direito à compensação do IRRF, sobre os rendimentos decorrentes de operações de Swap. A empresa apresentou manifestação de inconformidade defendendo que as retenções de Imposto de Renda ocorridas sobre qualquer aplicação financeira, inclusive em operações de hedge, podem ser compensadas com o imposto de renda devido por ocasião da apuração do lucro real, de acordo com o artigo 76 da Lei nº 8.981/1995, pleiteando desta forma a integralidade do direito creditório do saldo negativo de IRPJ indicado nas PER/DCOMP's objeto do processo. Atualmente aguarda o julgamento da manifestação de inconformidade. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

Parcelamento MP 470 – A ALL Malha Sul e a ALL Intermodal tiveram seus processos de pedido de parcelamento nos moldes na Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009 deferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil pelo fato de a autoridade fazendária entender que as empresas não possuíam saldo suficiente de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido indicados para abater dos débitos incluídos no referido parcelamento. O deferimento parcial do pedido de parcelamento originou os processos administrativos da ALL Malha sul e ALL Intermodal cujos valores atuais são de R\$ 91.260 e R\$ 10.313 respectivamente. Ambos os processos administrativo foram encerrados. Com relação à ALL Malha Sul a empresa obteve judicialmente liminar para suspender a exigibilidade do crédito. Quanto a ALL Intermodal, foi proposta execução fiscal pela RFB a qual foi devidamente garantida por carta fiança bem como promovida a apresentação de embargos à execução. Para os referidos processos a probabilidade de perda é considerada possível.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devido as características do ambiente jurídico e regulatório brasileiro não é possível estimar com segurança o tempo estimado para que as ações sejam julgadas.

19. Transações com partes relacionadas

As entidades consideradas como partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa 3.

	Controladora											
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Controladas												
ALL Argentina	-	-	2.322	88.460	-	-	4.462	4.348	-	-	-	-
ALL Equipamentos	-	-	-	98	-	-	270	-	-	-	-	-
ALL Malha Norte	274	-	-	-	50.085	257	-	-	1.210	9.208	-	-
ALL Malha Paulista	8.685	-	-	-	20.613	-	13.000	-	47.929	37.139	-	-
ALL Malha Sul	-	-	-	203	-	2.057	4.440	-	-	903	-	-
ALL Overseas	-	-	-	214	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL Participações	-	-	-	-	-	-	11	11	-	-	-	-
Araucária Rail Technology S.A.	-	-	-	4.479	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL Serviços	-	-	-	-	73	64	-	-	-	-	436	1.046
Brado Logística	-	76	-	-	-	-	-	12.762	-	-	-	-
Boswells	-	-	-	-	-	-	12.761	-	-	-	-	-
Santa Fé	-	-	-	2.048	-	-	-	-	-	-	-	-
Coligadas												
PGT	-	-	-	-	-	-	77	77	-	-	-	-
	8.959	76	2.322	95.502	70.771	2.378	35.021	17.198	49.139	47.250	436	1.046

Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

Os saldos em aberto no final do exercício são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas. Sobre o montante dos saldos existentes a Companhia não constituiu nenhuma provisão para liquidação duvidosa.

A controlada ALL Malha Norte mantém com o BNDES Participações S.A., que é acionista da ALL, operação de debêntures, conversíveis em ações, remunerada a juros de mercado, no valor de R\$ 205.873 em 31 de dezembro de 2013, cujo prazo de vencimento é até junho de 2016.

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora a saber:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Garantias				
	ALL S.A.	ALL Malha Sul	ALL Malha Paulista	ALL Malha Norte	Total
Garantidoras					
ALL S.A. (controladora)					
Debêntures	-	173.497	170.825	361.602	705.924
BNDES	-	150.925	65.133	-	216.058
CCB	-	483.009	-	-	483.009
Outros	-	614	-	94.953	95.567
	-	808.046	235.957	456.555	1.500.559
ALL Malha Sul					
Debêntures	2.076.876	-	-	-	2.076.876
ALL Malha Norte					
Debêntures	2.004.954	-	-	-	2.004.954
ALL Malha Paulista					
Debêntures	2.004.954	-	-	-	2.004.954
ALL Malha Oeste					
Debêntures	2.004.954	-	-	-	2.004.954
ALL Intermodal					
Debêntures	71.922	-	-	-	71.922
CCB	-	220.843	-	-	220.843
	71.922	220.843	-	-	292.765

Transações com partes relacionadas*Remuneração dos administradores*

Em ata de Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2013, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho Fiscal o valor de R\$ 792, e como verba global anual para a remuneração dos Administradores, o valor de até R\$ 34.086, estas remunerações são válidas até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações apropriadas nos respectivos exercícios:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Remunerações	25.205	22.757
Remunerações baseadas em ações (i)	3.498	5.698

(i) As condições estão descritas na nota explicativa 25.

Para as remunerações dos administradores não são dadas ou recebidas garantias.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável, incluindo as previstas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, instituído pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A decisão acerca de todas as operações da Companhia é submetida ao Conselho de Administração, à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.404/76 e alterações subsequentes, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

20. Provisão para lucro não realizado

Em 31 de dezembro de 2001, a controladora alienou para a controlada ALL Malha Sul o direito de uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Junior e Pinhalzinho / Apiaí a Iperó, pelo valor de mercado de R\$ 22.387, suportado por laudo de avaliação de peritos independentes naquela mesma data base. Em 31 de dezembro de 2001, a controladora constituiu provisão correspondente ao lucro não realizado desta operação de R\$ 19.312, apresentada no exigível a longo prazo. Até 31 de dezembro de 2013, foram realizados R\$ 8.926 (R\$ 8.182 até 31 de dezembro de 2012). A realização do lucro é reconhecida de forma linear ao longo do prazo do direito de uso.

21. Antecipação de créditos imobiliários– CRI - consolidado

A Companhia e a controlada ALL Malha Norte firmaram contratos cedendo créditos decorrentes de locação de terminais, cujos saldos são:

		31/12/13		31/12/12	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
ALL S.A. (controladora)	(i)	47.609	101.164	43.375	133.304
ALL Malha Norte	(ii)	107.655	179.517	107.655	228.560
		155.264	280.681	151.030	361.864

O saldo é composto por duas operações de CRI:

- (i) CRI I: Em 29 de fevereiro de 2008, a Controladora celebrou contrato de cessão de créditos decorrentes da locação do Terminal Intermodal de Tatuí. A CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios de 12,38% ao ano, protegido por hedge a 100% CDI, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento foi em março de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.
- (ii) CRI II: Em 28 de novembro de 2008, a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia (MT), a CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receitas diferidas - consolidado

		31/12/13		31/12/12	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora					
Vetria Mineração S.A	(iv)	-	1.991.237	-	1.997.183
Controladas					
ALL Intermodal	(i)	34	371	34	404
ALL Malha Norte	(ii)	1.528	8.251	1.528	9.778
ALL Malha Paulista	(iii)	858	11.638	858	12.497
ALL Malha Sul	(iii)	191	2.202	191	2.394
		<u>2.611</u>	<u>2.013.699</u>	<u>2.611</u>	<u>2.022.256</u>

- (i) Refere-se à receita diferida originada na integralização de capital social mediante terreno cedido em comodato (até 2025) pela ALL Intermodal à Rhall Terminais Ltda., apropriado linearmente pelo prazo restante da concessão.
- (ii) Provém de receita auferida na venda de 28 locomotivas, com posterior celebração de contrato de *lease back* com o Banco Itaú, pelo prazo até 2018.
- (iii) Decorrente de contratos firmados com empresas de comunicação, cujo objeto é a cessão da faixa de domínio do leito da linha para passagem de cabos de fibra ótica pelo período de vigência do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas (até 2028), sendo apropriado linearmente ao resultado pelo prazo restante da cessão do direito.
- (iv) Investimento na Vetria cuja contrapartida é considerada uma receita diferida no passivo não circulante, a qual será apropriada ao resultado à medida da exaustão e comercialização do minério, quando do início da operação.

23. Parcelamentos fiscais e previdenciários - consolidado

		31/12/13		31/12/12	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Lei 11.941/09 (i)		23.952	146.323	33.452	160.831
Salário Educação		343	-	343	-
ISS		211	-	385	322
INSS		401	-	684	-
ICMS / IVA		475	-	260	-
		<u>25.382</u>	<u>146.323</u>	<u>35.124</u>	<u>161.153</u>

- (i) Com o intuito de reduzir sua exposição tributária, a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009, a qual foi homologada em junho de 2011.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

24. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, está representado conforme abaixo:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ordinárias	687.664.312	687.664.312

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 de ações ordinárias.

b) Ações em tesouraria

Durante o exercício de 2013, foram usadas 1.236.539 ações (1.387.864 em 31 de dezembro de 2012) para liquidação de opções de ações exercidas no exercício. As transferências foram registradas ao custo médio ponderado das ações em tesouraria de R\$ 9,15.

Durante o exercício de 2013 e de 2012, a Companhia não efetuou recompra de ações. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detinha 4.355.071 ações ordinárias em Tesouraria (5.591.610 em 31 de dezembro de 2012), ao custo médio de R\$ 9,15 (R\$ 9,15 em 31 de dezembro de 2012).

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, alterada e revogada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Lucro líquido do exercício	13.029	237.314
Reserva Legal (5%)	(651)	(11.866)
Lucro líquido do exercício - Ajustado	12.378	225.448
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.095	56.362
Dividendos mínimos obrigatórios por ação	0,0045	0,0825

Durante o exercício de 2013, a Companhia não distribuiu juros sobre o capital próprio.

d) Reserva de lucros

Conforme a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

A reserva para investimentos é constituída com base nas disposições estatutárias, as quais estão sustentadas com o plano de investimento da Companhia através dos usos e fontes submetidos ao Conselho de Administração e de acordo com o artigo 194 da Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, que determina que esta reserva não excederá o capital social subscrito, em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e das empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

e) Adiantamentos para futuro aumento de capital

São valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, decorrentes das contribuições do Plano de Opção de Compra de Ações, descrito na nota explicativa 25, e são apresentados em conta do Patrimônio Líquido. O AFAC quando registrado no Patrimônio Líquido da Companhia refere-se a um compromisso de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) de R\$ 12.191 em 31 de dezembro de 2012 referia-se a valores recebidos dos participantes do Programa de Remuneração Baseada em Ações patrocinada pela Companhia, registrados em AFAC até que fosse concluído o processo de integralização do valor total do exercício das opções.

f) Incentivos fiscais – SUDAM

Em 26 de setembro de 2007, a ALL Malha Norte protocolou junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM processo pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à ALL Malha Norte o benefício fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017.

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste exercício calculados até 31 de dezembro de 2013 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 59.897 (R\$ 53.314 em 31 de dezembro de 2012), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

O incentivo fiscal está atrelado ao objetivo da Companhia de aumentar e manter investimentos na região da Amazônia Legal, estimulando o desenvolvimento da região, proporcionando incremento nos níveis de emprego, renda e produção; contribuindo, inclusive, com o crescimento na arrecadação de tributos nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

O descumprimento, por parte da empresa beneficiária, dos objetivos do projeto e de cláusulas condicionantes, que caracterize desvio da aplicação dos recursos dos Fundos, resultará no cancelamento, pelo Conselho deliberativo da SUDAM, dos incentivos aprovados; e no recolhimento, pela empresa beneficiária, ao Banco operador, das quantias recebidas, atualizadas pelo mesmo índice adotado para os tributos federais, a partir da data de seu recebimento, acrescida de multa de 10% e juros de mora de 1% ao mês, deduzidas, no caso de aplicação de recursos sob a forma de debêntures, as parcelas já amortizadas (Lei nº 8.167/91, artigo 12, § 1º, inciso I, e inciso II, este com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.740-31, de 06/05/99).

A Companhia informa que as condições relativas às subvenções estão sendo cumpridas.

25. Remuneração baseada em ações

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de R\$ 3.692 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 7.534 em 31 de dezembro de 2012).

Plano de opção de compra de ações:

Na Assembléia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, outorgou a administração do Programa ao Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações (“Comitê”), representado por todos os membros do

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração e formado exclusivamente para este fim. Compete ao Comitê administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado anualmente a 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas.

Os programas podem contemplar 2 (dois) grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”).

No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

(i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O Plano não prevê hipóteses de liquidação das opções a vista, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

O quadro abaixo demonstra o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) das opções de aquisição de ações e respectivas movimentações durante o período:

	2013		2012	
	No.	MPPE	No.	MPPE
Saldo inicial	11.597.787	12,63	8.310.924	12,73
Novas outorgas	-	-	5.490.000	9,30
Perdidas	(4.749.128)	12,31	(1.383.532)	-
Exercidas	(118.886)	9,76	(819.605)	5,11
Saldo final	6.729.773	13,68	11.597.787	12,63
Vestidas	4.700.419		6.480.503	
Não-vestidas	2.306.347		5.117.284	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, houve exercícios de 118.886 ações, cujo o preço médio ponderado foi de R\$9,76. Em 2012, o preço médio ponderado foi de R\$ 9,75.

No dia 03 de agosto de 2009, o Comitê cancelou os Programas 2007 e 2008, trocando as opções ainda não exercidas pelos beneficiários destes planos por um novo Programa 2009 na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrante dos lotes cancelados (Programas 2007 e 2008), os beneficiários afetados receberam 5 opções da mesma espécie e classe no âmbito do Programa 2009, criado na mesma data com as seguintes características: (i) volume de ações: 6.850.805 ações, sendo 1.350.000 ordinárias e 5.400.000 preferenciais; (ii) preço por ação: R\$ 2,20, equivalente a R\$ 11,00 por *Unit*; (iii) aquisição do direito de efetuar aquisição de ações reinicia do zero (não

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contam os prazos decorridos relativos aos programas de 2007 e 2008); e (iv) período de aquisição do direito de efetuar contribuições para adquirir ações de 5 anos, 20% ao ano.

Em 6 de fevereiro de 2012, o Comitê aprovou o Programa de 2012, o qual também difere da regra geral no sentido de que o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no primeiro ano, 15% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 25% no quarto ano e 25% no quinto e último ano. Outra diferença deste Programa comparado aos demais, é de que os beneficiários terão prazo de indisponibilidade de dois anos a contar da data do exercício de cada opção.

Caso seja necessária a emissão de novas ações, a Companhia registra contabilmente as contribuições, a partir dos controles individuais de cada beneficiário, como adiantamento para futuro aumento de capital, integrante do patrimônio líquido e após a deliberação em Assembleia Geral, o montante é registrado como capital social. Para o caso específico de contribuições efetuadas na ordem de 30% para aquisições de opções, a Companhia registra o aumento de capital a partir do segundo aniversário, estando, por sua vez, de acordo com a Lei 6.404/76 e alterações subsequentes.

A média ponderada do prazo contratual remanescente das opções de ações restantes em 31 de dezembro de 2013 é de 5,38 anos. O preço de exercício dessas opções tem valor máximo e mínimo de R\$ 18,04 e R\$ 10,61 em 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir relaciona as premissas incluídas no modelo usado para estimar o valor justo das opções da última outorga:

	<u>2013</u>
Volatilidade esperada (%)	36.4%
Taxa de juros livre de risco (%)	6% + IGPM
Prazo de vida esperado da opção (anos)	6
Preço médio ponderado das ações (R\$)	11
Modelo de precificação usado	Black & Scholes

O prazo de vida esperado das opções é baseado em dados históricos e não é necessariamente um indicativo do padrão de exercício que deve ocorrer. A volatilidade esperada reflete a premissa de que a volatilidade histórica dos 5 anos anteriores à data da outorga é indicativa da tendência futura, o que também pode não ser o resultado real.

Programa de “Restricted Share Options”

Em reunião realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê aprovou o programa de “Restricted Share Options”. O programa consistia na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de funcionários e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício estava condicionado cumulativamente (i) à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012;(ii) ao atingimento de metas operacionais individuais e; (iii) ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA.

Durante o período de *vesting* foram perdidas 1.056.250 opções, sendo que em 31 de dezembro de 2012, do subtotal remanescente (1.943.750 opções), 57,50% das opções foram de fato entregues aos beneficiários conforme regras do Programa. O preço de exercício foi de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do Programa (R\$ 16,50).

Em reunião realizada em 23 de outubro de 2012, o Comitê aprovou a possibilidade do saldo de opções não exercida com base na meta de EBITDA de 2012 ser recuperada e ser exercida pelos funcionários e administradores condicionado cumulativamente (i) à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2014;(ii) ao atingimento de metas operacionais individuais e; (iii) ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA previstas para 2014. Durante o exercício de 2013, foram perdidas 401.000 opções, desta forma, o saldo remanescente a ser entregue até 31 de dezembro de 2014 é de 427.000 opções, se atingido os fatores condicionantes.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O preço de exercício continua em R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção, relativo ao saldo não entregue em 2012, equivale ao valor de mercado da ação na data desta nova outorga (R\$ 9,46).

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(230.232)	(155.549)	(719.538)	(644.426)
Multas/Juros Fiscais/Fornecedores/Vagões	-	(16.813)	(218.648)	(175.907)
Juros sobre arrendamento e concessão	-	-	(257.136)	(241.728)
Clientes/A VP/Outros	(1.775)	(684)	(18.459)	(20.578)
Total da despesa financeira	(232.007)	(173.046)	(1.213.781)	(1.082.639)
Receita sobre aplicação financeira	31.370	43.951	169.488	140.091
Remuneração sobre debêntures	14.200	18.225	-	-
A VP/Outros	-	894	1.224	11.035
Total da receita financeira	45.570	63.070	170.712	151.126
Resultado financeiro líquido	(186.437)	(109.976)	(1.043.069)	(931.513)

27. Resultado por ação

As tabelas a seguir estabelecem o cálculo de lucros por ação, de operações continuadas e descontinuadas (em milhares, exceto valores por ação):

Operações continuadas

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	198.619	289.258
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	683.096	682.989
Resultado básico:		
Por ação ordinária	0,2908	0,4235
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	198.619	289.258
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	683.096	682.989
Efeito da diluição		
Opções de ações	7.556	15.981
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustadas pelo efeito da diluição	690.652	698.970
Resultado diluído:		
Por ação ordinária	0,2876	0,4138

Operações descontinuadas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Resultado básico por ação		
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(185.590)	(51.944)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	683.096	682.989
Resultado básico:		
Por ação ordinária	(0,2717)	(0,0761)
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(185.590)	(51.944)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	683.096	682.989
Efeito da diluição		
Opções de ações	7.556	15.981
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustadas pelo efeito da diluição	690.652	698.970
Resultado diluído:		
Por ação ordinária	(0,2687)	(0,0743)

28. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente aos períodos de 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

Descrição	Resultados Financeiros por Unidade de Negócios									
	Commodities Agrícolas (i)		Produtos Industriais (ii)		Brado		Ritmo/Rodoviário		Total	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita Líquida	2.475.319	2.269.106	629.367	581.350	276.342	232.585	260.398	252.643	3.641.426	3.335.684
Custos dos serviços prestados	(1.226.477)	(1.187.521)	(468.383)	(338.266)	(221.980)	(190.792)	(239.681)	(232.648)	(2.156.521)	(1.949.227)
Lucro bruto	1.248.842	1.081.585	160.984	243.084	54.362	41.793	20.717	19.995	1.484.905	1.386.457
Lucro operacional	1.032.739	971.033	129.672	207.722	35.443	26.947	15.029	16.542	1.212.883	1.222.244

A Companhia está organizada em unidades de negócios, ao redor dos principais setores de mercado nos quais opera. As operações da Companhia estão divididas em quatro unidades de negócios. No Brasil as duas unidades de negócios ferroviários são:

(i) *commodities* agrícolas, compõem-se do transporte de produtos como soja, farelo de soja, fertilizantes, açúcar, milho, trigo, arroz, entre outros.

(ii) produtos industriais (transporte ferroviário e intermodal) refere-se ao transporte de produtos siderúrgicos, madeira, papel, celulose, alimentos, contêineres, combustíveis, óleo vegetal, produtos para construção civil, entre outros.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na margem operacional pelas diretorias comerciais apresentadas à presidência e conselho, que conforme demonstrado na tabela acima difere da forma apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os financiamentos e as aplicações financeiras da Companhia (incluindo receitas e despesas financeiras) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito consolidado, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício de 2013, as operações ferroviárias na Argentina foram descontinuadas. Veja nota explicativa 30.

29. Outras informações operacionais**29.1. Outras receitas / despesas operacionais****Outras Receitas Operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Venda de inservíveis	-	-	13.526	11.437
Venda de imobilizado	19.164	11.985	22.382	6.070
Outras	682	1.286	1.636	-
Total	19.846	13.271	37.544	17.507

Outras Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Taxas	227	33	3.817	2.110
Doações dedutíveis	-	-	16	14
Outras	-	-	-	15.236
Total	227	33	3.833	17.360
	19.619	13.238	33.711	147

29.2. Depreciação, amortização e combustíveis incluídos na demonstração consolidada do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Combustível	-	-	626.611	548.024
Serviços terceiros	17.733	2.633	419.853	384.821
Depreciação e amortização	58.537	59.872	526.631	469.428

29.3. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita bruta	77.238	114.275	4.255.938	3.931.779
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(23.470)	(5.862)	(614.512)	(596.095)
Receita líquida	53.768	108.413	3.641.426	3.335.684

30. Operações descontinuadas

A Resolução 436/2013 do Ministério de Transportes argentino, decretada em 3 de junho de 2013, dispõem a rescisão do Contrato de Concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de cargas correspondentes à Rede Ferroviária Nacional da Argentina, realizadas pela ALL Central e ALL Mesopotâmica. A partir da data da rescisão do contrato de concessão, a controladora passará a apresentar os saldos contábeis dessas controladas na forma de operações descontinuadas, de acordo com o CPC 31/IFRS 5.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, os resultados de operações descontinuadas de 2013 e 2012 são resumidas a seguir:

Resultado de operações descontinuadas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita líquida	90.442	232.893
Custo dos serviços prestados	<u>(109.737)</u>	<u>(229.004)</u>
Lucro (prejuízo) bruto	(19.295)	3.889
Resultado de participações acionárias	(483)	-
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(160.121)	(27.403)
Resultado financeiro	<u>(10.349)</u>	<u>(37.149)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(190.248)	(60.663)
Imposto de renda e contribuição social	(249)	(1.817)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(17)</u>	<u>7.386</u>
Participações de minoritários	4.924	3.150
Prejuízo das operações descontinuadas	<u><u>(185.590)</u></u>	<u><u>(51.944)</u></u>

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fluxo de caixa operacionais	(41.792)	103.727
Fluxos de caixa de atividades de investimentos	(10.377)	(43.263)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	<u>10.688</u>	<u>(30.503)</u>
Fluxo de caixa total	<u><u>(41.481)</u></u>	<u><u>29.961</u></u>

ALL Central e ALL Mesopotâmica continuam existindo, porém sem a capacidade de explorar as operações ferroviárias. Com a perda das concessões, a ALL Argentina registrou uma perda por *impairment* no seu ativo imobilizado no valor de R\$ 194.300, bem como realizou a baixa dos impostos diferidos ativos que mantinha registrada no balanço, no montante de R\$ 23.772 assim como outros créditos considerados de difícil realização no montante de R\$ 14.091.

Ainda, houve a provisão dos débitos relacionados com partes relacionadas que seriam capitalizados, no montante de R\$ 100.772. Esta provisão não apresenta efeito no lucro líquido consolidado.

A Administração está analisando alternativas para recuperar parte dos investimentos efetuados. Todavia, até o momento, não existe nenhuma expectativa da recuperação desses valores.

Não houve grupo de ativos e passivos para alienação classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2013.

Em 26 de agosto de 2013 a ALL Argentina entrou com o pedido de concordata. A Controladora irá prover os recursos necessários para que a ALL Argentina cumpra com as obrigações diante deste acordo.

31. Seguros – consolidado

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada		Vigência
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$	60.000	15/09/2013 a 15/09/2014
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluição, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$	10.000	30/04/2013 a 30/04/2014
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$	2.200	30/06/2013 a 31/07/2014

Não está incluído no escopo do trabalho de nossos auditores revisar a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

32. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.917.636	2.508.360	2.917.636	2.508.360
Contas a receber de clientes	423.185	392.797	423.185	392.797
Créditos com congêneres	769	850	769	850
Adiantamentos e outras contas a receber	230.054	126.817	230.054	126.817
Depósitos restituíveis e valores vinculados	330.166	328.484	330.166	328.484
Total	3.901.810	3.357.308	3.901.810	3.357.308

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Passivos financeiros				
Debêntures	2.963.639	3.106.333	2.963.639	3.106.333
Derivativos	31.193	49.025	31.193	49.025
Débito com congêneres	2.541	2.786	2.541	2.786
Adiantamento de clientes	186.469	149.719	186.469	149.719
Arrendamento mercantil financeiro	1.678.546	1.517.518	1.678.546	1.517.518
Empréstimos e financiamentos	3.977.476	3.296.796	3.977.476	3.296.796
Antecipação de crédito imobiliário	435.945	512.894	435.945	512.894
Contas a pagar a fornecedores	721.113	513.909	721.113	513.909
Total	9.996.922	9.148.980	9.996.922	9.148.980

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.
- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Em 01 de abril de 2013, a Vetria formalizou a documentação para a contabilização de hedge, em decorrência do saldo de royalties a pagar em dólar para os antigos acionistas da Vetorial Mineração, como parte do pagamento da compra da empresa, à medida que a ocorrer a exaustão da mina. Uma vez que a receita futura da Vetria será denominada em dólar americano, assim como os royalties, a operação possui um hedge natural. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Os principais fatores de risco da Companhia e de suas controladas, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

a) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do Patrimônio Líquido e da classificação de risco de cada instituição.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia possui determinados passivos sobre os quais incidem juros pós-fixados, gerando exposição à oscilação da taxa de juros de mercado.

Para evitar a oscilação no resultado da companhia decorrente da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) ao qual os passivos financeiros estão atrelados e com o intuito de proteção dos ativos da companhia, fez-se contratos de swaps “Pré-DI”, de forma a pré-fixar a taxa de juros de parte do endividamento anteriormente indexado ao CDI. Os fluxos que passaram a ser corrigidos por taxa pré-fixada, em função do hedge realizado foram os da 3ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com vencimento em 2014, 9ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., 8ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística Malha Norte e 8ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A.. Com estes swaps fica mitigado o efeito da taxa de juros sobre o resultado da empresa. Estes instrumentos são registrados como hedge.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, para os swaps e respectivos ativos-objeto para os quais

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foram realizadas as proteções patrimoniais. A Administração considerou como cenário provável a taxa dos CDIs projetado para o exercício de 2014, segundo as projeções bancárias disponíveis no Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

O efeito da exposição à variação de taxa de juros remanescente é apresentado no item “d”, a seguir.

Risco de Apreciação da Taxa de Juros

Operação	Risco	Valor Nominal	Valor Justo em 31/12/2013	Cenário Provável	(Ganho)/perda +25%	(Ganho)/perda +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Debêntures 3ª Emissão	CDI	166.666	20.789	20.601	25.751	30.901
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	Pré	(166.666)	(20.789)	(20.594)	(25.742)	(30.890)
CCB	CDI	90.489	20.789	17.944	21.984	26.023
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	Pré	(90.489)	(20.789)	(17.936)	(21.974)	(26.012)
Debênture 9ª Emissão	CDI	367.590	(2.414)	48.387	58.928	69.469
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	Pré	(367.590)	2.414	(48.430)	(58.981)	(69.532)
Debênture 8ª Emissão Malha Norte	CDI	161.397	28.021	16.471	16.471	16.471
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	Pré	(161.397)	(28.021)	(16.471)	(16.471)	(16.471)
Debênture 8ª Emissão Holding	CDI	539.160	(2.084)	70.639	86.028	101.417
Swap Ponta Ativa - Contraparte Votorantim	Pré	(539.160)	2.084	(70.759)	(86.173)	(101.588)

Referências

CDI Médio (a.a.)	10,00%	12,50%	15,00%
------------------	--------	--------	--------

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

O resultado da porção inefetiva da variação do valor justo dos instrumentos de hedge, são imateriais. Adicionalmente, o efeito no resultado e no patrimônio líquido é, aproximadamente, o mesmo.

c) Risco de moeda estrangeira

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap “Dólar-Real” no mesmo montante e com mesma data de vencimento das obrigações objeto de proteção. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2014, segundo projeções macroeconômicas:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de apreciação da moeda estrangeira

Operação	Risco	Valor Nocial (USD mil)	Valor Justo em 31/12/2013	Cenário Provável	Ganho/(perda) +25%	Ganho/(perda) +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre aplicações:						
Aplicações	USD	1.919	4.533	169	1.344	2.519
Efeito Líquido sobre aplicações		1.919	4.533	169	1.344	2.519
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre fornecedores / importações:						
Fornecedores Longo Prazo	USD	(45.659)	(929)	(9.402)	(74.916)	(140.430)
Swaps Ponta Ativa por Contraparte:						
Contraparte HSBC	USD	11.899	-	2.432	19.376	36.321
Contraparte Bradesco	USD	3.594	6	735	5.853	10.971
Contraparte Santander	USD	1.902	368	389	3.097	5.806
Contraparte Itaú	USD	2.961	555	605	4.821	9.037
Efeito Líquido sobre fornecedores / importações		(25.303)	-	(5.242)	(41.769)	(78.295)
Referências						
Dólar USD/R\$				2,45	3,06	3,68

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

O resultado da porção inefetiva da variação do valor justo dos instrumentos de hedge, são imateriais. Adicionalmente, o efeito no resultado e no patrimônio líquido é, aproximadamente, o mesmo.

d) Risco de deterioração de encargos financeiros do endividamento líquido

Este risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos seus empréstimos e financiamentos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida indexada em CDI (dívida total indexada em CDI aplicações financeiras indexadas em CDI). Para cobrir parcialmente esta exposição, a Administração optou por contratar operações de swap conforme mencionado no item “b” do quadro Riscos de Taxa de Juros. A empresa continua monitorando estes indexadores para avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos a fim de mitigar o risco de variação destas taxas.

Vide a seguir análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, considerando como cenário provável as taxas projetadas para o exercício de 2014. Como cenários alternativos foram simulados aumentos nas taxas, considerando o fato de a Companhia possuir uma posição líquida de dívida:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento

Operação	Risco	Cenário Provável	+25%	+50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
CAIXA				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	253.386	316.732	380.079
Aplicações Pré-Fixadas	PRÉ	15.573	15.573	15.573
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				
Financiamentos Indexados à TJLP	TJLP	197.296	232.660	268.024
Financiamentos Indexados ao CDI	CDI	120.415	149.387	178.358
Financiamentos Pré / Pós Fixados via swap conforme item b	PRÉ/PÓS	22.347	22.349	22.351
Debêntures Indexadas ao CDI	CDI	161.889	195.258	228.626
Debêntures Pré Fixados via swap conforme item b	PRÉ	141.986	167.768	193.551
IPCA	IPCA	49.672	55.142	60.612
Antecipações de Créditos Imobiliários Indexados ao CDI	CDI	58.760	71.159	83.558
Referências				
CDI Médio (a.a.)		11,00%	13,75%	16,50%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%
IPCA		6,10%	7,63%	9,15%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2013	Cenário Provável	+25%	+50%
PARCELAMENTO IMPOSTOS					
Curto Prazo	CDI	(25.361)	(2.790)	(3.487)	(4.185)
Longo Prazo	CDI	(146.322)	(16.095)	(20.119)	(24.143)
Total		(171.683)	(18.885)	(23.606)	(28.328)
Referências					
CDI Médio (a.a.)			10,00%	12,50%	15,00%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

e) Instrução CVM nº 475

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo das operações com instrumentos derivativos por vencimento

DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO		EFEITO ACUMULADO (PERÍODO ATUAL)	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	VALOR A RECEBER /RECEBIDO	VALOR A PAGAR/PAGO
CONTRATOS DE "SWAPS":						
POSIÇÃO LÍQUIDA						
RISCO DE MOEDA ESTRANGEIRA	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$
¹ VENCIMENTOS USD x % CDI:						
4T12	-	22.318	-	-	-	-
2T13	-	1.470	-	(12)	-	-
4T13	3.300	-	-	-	-	-
¹ VENCIMENTOS EUR x % CDI:	EUR	EUR	R\$	R\$	R\$	R\$
1T14*	1.378	-	368	-	368	-
3T14*	3	-	6	-	-	6
RISCO DE TAXA DE JUROS	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
² VENCIMENTOS TAXAS PRÉ X PÓS:						
1T13*	-	1.890.722	-	(16.812)	-	-
2T13*	-	107.409	-	(5.109)	-	-
4T13*	23.653	-	-	-	-	-
1T14*	898.836	898.836	4.497	(413)	4.497	-
2T14*	2.900	-	555	-	555	-
4T14*	75.000	75.000	(20.789)	(23.127)	-	(20.789)
1T18*	150.000	150.000	10.545	19.156	10.545	-
3T18*	166.667	166.667	(2.673)	(28.836)	-	(2.673)
4T20*	160.000	160.000	(28.021)	6.129	-	(28.021)
TOTAL	1.481.737	3.472.422	(35.512)	(49.024)	15.965	(51.477)

¹ As operações de SWAP do quadro de USD x % CDI e EUR x % CDI acima são realizadas com um custo da ponta passiva média de 110% do CDI e um custo de ponta ativa de variação cambial acrescido de um spread médio de 1%.

² O valor justo dos derivativos é registrado na conta contábil de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante) no Passivo em contrapartida: i) ao resultado, no caso dos derivativos em que não há o *hedge documentation*, e ii) Ajustes Patrimoniais (Patrimônio Líquido), no caso dos derivativos para os quais há o *hedge documentation*. Todos os derivativos utilizados têm o objetivo de hedge (proteção patrimonial).

Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2013, para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

O efeito no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 das operações de instrumentos financeiros destinados a *hedge* foi devedor em R\$ 34.028 (em 31 de dezembro de 2012 devedor em R\$ 32.524). Os ganhos e perdas dos *swaps* vinculados a estrutura de *hedge* registrado no patrimônio líquido montaram o saldo credor de R\$ 879 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.680 credor em 31 de dezembro de 2012).

f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia adotou o CPC 40/IFRS 7 para os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Companhia utiliza os seguintes critérios para classificação de nível de hierarquia de mensuração pelo valor justo:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além de preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
AAA	91.986	851.115	2.707.965	2.377.615
AA	2.023	30.098	189.111	130.745
A	-	-	20.560	-
	<u>94.009</u>	<u>881.213</u>	<u>2.917.636</u>	<u>2.508.360</u>

O saldo residual do item "Caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/12</u>
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	24.379	53.536
Grupo 2	462.600	368.791
Grupo 3	<u>13.426</u>	<u>7.942</u>
	<u>500.405</u>	<u>430.269</u>

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

33. Seguridade social privada

A controlada direta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocina, o HSBC Fundo de Pensão. O plano possui características predominantes na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas. O único benefício definido, na fase de acumulação, é um pecúlio equivalente a no máximo seis salários, pago em eventos de morte, invalidez e entrada em aposentadoria, calculado conforme fórmulas e condições estabelecidas no regulamento do plano.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contribuições são efetuadas em média, na proporção de 67% pela patrocinadora e 33% pelos participantes ativos contribuintes. As contribuições relativas ao Benefício Mínimo são efetuadas integralmente pela Patrocinadora, conforme definido em nota técnica atuarial, e são redimensionadas anualmente, através das avaliações atuariais.

O plano é avaliado anualmente, por atuário independente, tendo sido a última avaliação atuarial do Plano, concluída em 31 de dezembro de 2013. A data base cadastral utilizada na avaliação foi a de outubro de 2013.

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Participantes	32	39
Ativo do plano	3.998	10.329
Passivo atuarial	3.735	2.892
Contribuições da patrocinadora (% folha)	0,79%	0,89%
Folha salário de participação	594	792

O plano possui ainda uma parcela de benefício definido na fase de concessão, cuja obrigação atuarial refere-se às rendas mensais vitalícias concedidas aos seus participantes. O valor presente da obrigação atuarial dos Participantes Assistidos, foi calculado com base na tabela de mortalidade AT-2000 e uma taxa de desconto financeiro de 6,75% ao ano, estando totalmente coberto pelo Ativo Líquido do Plano, e uma taxa de retorno real dos ativos de 11,55%, obtendo rendimento sobre os ativos de R\$ 445.

O plano apresenta cobertura financeira das obrigações atuariais, além de um superávit de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2013. O Fundo é constituído por saldos remanescentes de contribuições da patrocinadora, oriundos de desligamentos de participantes que efetuaram resgate parcial, não sendo elegíveis a qualquer benefício do plano.

34. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2014, conforme publicado em fato relevante, a Companhia recebeu uma Proposta enviada pela Rumo Logística Operadora Multimodal ("Rumo") com o objetivo de combinar as atividades da ALL com a Rumo, mediante a incorporação de ações de emissão da ALL pela Rumo, nos termos do art. 252 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A").

A Proposta, que é vinculante para a Rumo, será submetida à apreciação pelo Conselho de Administração da ALL em até 40 dias desta data. Em sendo a Proposta aprovada pelo Conselho de Administração da ALL, haverá a convocação imediata da Assembleia Geral para deliberar sobre a Incorporação, que deverá ser realizada nos 30 dias subsequentes à convocação. Caso a Incorporação seja aprovada pela Assembleia Geral da ALL, os acionistas da ALL dissidentes da operação não terão direito de retirada, nos termos do art. 137, II da Lei das S.A.

A Proposta prevê termos e condições usuais para este tipo de operação, incluindo a necessidade de aprovação prévia por eventuais terceiros, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

* * *

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.